

Nufarm Indústria
Química e
Farmacêutica S.A

**Demonstrações financeiras
em 31 de julho de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A

Nos últimos anos, temos implementado diversas ações de fortalecimento da nossa posição no mercado e avançamos no nosso objetivo de levar a nossa proposta de valor para a sociedade. Ampliamos nossas parcerias e continuamos inovando para oferecer uma experiência superior aos nossos clientes. Nosso índice de satisfação dos clientes, calculado através da metodologia NPS (Net Promoter Score), vem crescendo de forma consistente desde o início de sua apuração, saindo de 30% no ano de 2015 para 69% neste ano de 2019.

O exercício fiscal 2019 (Agosto'18 a Julho'19) foi, sem sombra de dúvida, extremamente desafiador, especialmente devido à volatilidade da moeda americana, à consolidação do mercado de agroquímicos no Brasil e à manutenção do cenário restritivo de fornecimento de matérias-primas por parte das indústrias chinesas.

Mesmo diante desse ambiente de pressão sobre os custos e instabilidade política e econômica no Brasil, conseguimos alcançar resultados expressivos no ano corrente, com a solidificação da nossa posição no mercado de defensivos agrícolas, a expansão de nossa capacidade de produção, o crescimento das vendas, a gestão mais eficiente do capital de giro e o aumento da lucratividade.

As vendas avançaram 24,5% em relação ao ano anterior, impulsionadas pelo lançamento de produtos com maior valor agregado e pelo incremento do volume de vendas dos produtos já existentes em nosso portfólio. Sustentados por uma estratégia clara, foco em execução e comprometimento na entrega de resultados e na garantia da sustentabilidade da companhia, tivemos conquistas importantes durante o ano, como a gestão eficiente de Recebíveis e Inventários, levando a uma importante redução na média de capital de giro em relação as vendas, possibilitando um melhor desempenho no resultado financeiro e uma lucratividade 40% superior à apresentada no ano anterior.

Lidamos com um ambiente de incertezas e adversidades, mas finalizamos o período com uma produção recorde, o que nos permitiu avançar de forma relevante na nossa missão de expandir a capacidade produtiva e proporcionar à população alimentos de qualidade.

Desempenhamos um papel vital na cadeia de alimentos, apoiando os agricultores brasileiros a produzir mais e melhor e promovemos o desenvolvimento sustentável através de ações de responsabilidade social e ambiental, com investimentos significativos que fizeram e continuarão fazendo a diferença na vida das pessoas.

Esses resultados reforçam que a base estratégica da companhia está bem definida e que estamos adotando as medidas necessárias para garantir o crescimento consistente do nosso negócio e fortalecer a nossa participação nas culturas de Soja, Milho, Cana-de-açúcar, Pastagem, Algodão, Café, Citrus, Tomate e Batata, entregando produtos diferenciados, gerando valor para nossos clientes e contribuindo para a construção de um amanhã melhor.



Gilberto Schiavinato.
Diretor Presidente do Brasi



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de julho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. em 31 de julho de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Critérios para determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber

Veja a Nota 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia analisa periodicamente o seu contas a receber com o objetivo de determinar a necessidade de reconhecimento de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa. Os critérios para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são documentados em políticas internas e compreendem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas significativas pela administração da Companhia, que incluem histórico de perdas e fatores externos e internos.</p> <p>O recebimento dos saldos de contas a receber é um elemento-chave na gestão de capital empregado da Companhia. Conforme divulgado na nota 11, a Administração considera o tempo de atraso e a expectativa de perda futuras o contas a receber, as garantias existentes e a performance individual dos clientes para fins de determinação da provisão para perda esperada para crédito de liquidação duvidosa. Devido à relevância do contas a receber, da provisão constituída, o uso do julgamento e premissas significativas para a determinação da provisão para perda esperada para crédito de liquidação duvidosa e dos valores em discussão judicial, e que quaisquer alterações poderiam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Análise da nova política de perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa e análise dos principais tópicos para as exigências do CPC 48.– Avaliação dos critérios utilizados pela Companhia para determinar potenciais perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber e dos valores em discussão judicial. Isso incluiu a avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos.– Avaliação quanto a suficiência e razoabilidade dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar as dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito, atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos, títulos com acordos judiciais, recálculo do saldo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa com base no prazo de atraso do contas a receber– Avaliação da adequação das divulgações em notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos, consideramos aceitáveis a provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber e das respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 23 de setembro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de julho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	169.222	104.172	170.306	109.814	Fornecedores	22	807.530	712.485	816.757	724.531
Contas a receber de clientes	11	877.419	796.386	906.197	817.084	Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	199.184	148.860	219.120	159.836
Estoques	12	495.027	470.580	515.367	487.494	Financiamentos de tributos	24	2.543	3.638	2.543	3.638
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	13	1.906	6.109	8.607	6.109	Empréstimos - Partes relacionadas	13	68.809	74.284	68.809	74.284
Impostos a recuperar	14	67.449	80.223	67.495	81.622	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	25	49.787	52.600	53.340	58.117
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	35.127	-	36.764	-	Imposto de renda e contribuição social	25	8.074	-	11.781	-
Adiantamentos a fornecedor		1.084	1.837	1.366	1.854	Adiantamentos de clientes		21.527	25.664	21.945	25.753
Outros créditos	15	12.375	17.042	12.696	17.297	Outras contas a pagar	26	53.405	46.308	53.405	46.337
Total do ativo circulante		1.659.609	1.476.349	1.718.798	1.521.274	Total do passivo circulante		1.210.859	1.063.839	1.247.700	1.092.496
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras	10	-	20.657	-	20.657	Fornecedores	22	8.945	10.882	8.945	10.882
Contas a receber de clientes	11	188.071	212.764	188.071	212.764	Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	243.143	283.842	246.015	284.076
Impostos a recuperar	14	45.167	45.958	45.167	45.958	Financiamentos de tributos	24	8.769	6.301	8.769	6.301
Outros créditos	15	1.134	43	1.134	43	Provisão para contingências	27	1.370	290	1.370	290
Depósitos judiciais	16	19.119	11.463	19.119	11.463	Total do passivo não circulante		262.227	301.315	265.099	301.549
Ativo fiscal diferido	17	30.393	38.537	25.002	34.095	Patrimônio líquido					
Bens destinados a venda		7.949	6.875	7.949	6.875	Capital social	28	793.289	793.289	793.289	793.289
Total ativo não circulante		291.833	336.297	286.442	331.855	Reservas de capital	28	(13.616)	(13.616)	(13.616)	(13.616)
Investimentos	18	33.220	31.394	49	49	Reservas de lucros	28	72.821	51.234	72.821	51.234
Outros investimentos	19	58.564	54.259	58.564	54.259	Prejuízos acumulados	28	(111.189)	(132.127)	(111.189)	(132.127)
Imobilizado	20	80.189	74.127	81.976	75.783	Total do patrimônio líquido		741.305	698.780	741.305	698.780
Intangível	21	90.976	91.508	108.275	109.605	Passivo total		2.214.391	2.063.934	2.254.104	2.092.825
Total ativo não circulante		554.782	587.585	535.306	571.551						
Ativo total		2.214.391	2.063.934	2.254.104	2.092.825						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de julho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita de vendas	29	2.571.049	2.064.882	2.630.424	2.113.441
Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	30	<u>(1.987.485)</u>	<u>(1.488.600)</u>	<u>(2.018.513)</u>	<u>(1.513.439)</u>
Lucro bruto		<u>583.564</u>	<u>576.282</u>	<u>611.911</u>	<u>600.002</u>
Outras receitas	31	33.091	30.357	34.214	31.104
Despesas de vendas	32	(233.527)	(248.152)	(239.606)	(253.267)
Despesas administrativas e gerais	33	(128.336)	(118.679)	(143.806)	(126.991)
Perdas com recuperabilidade do contas a receber	32	(15.017)	(15.943)	(15.080)	(17.024)
Despesas tributárias		(10.727)	(11.747)	(11.080)	(12.002)
Outras despesas	34	(7.624)	(14.505)	(7.624)	(14.505)
Resultado de equivalência patrimonial	18	1.826	4.511	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>223.250</u>	<u>202.124</u>	<u>228.929</u>	<u>207.317</u>
Receitas financeiras	35	75.865	162.183	76.591	163.630
Despesas financeiras	35	<u>(189.133)</u>	<u>(280.582)</u>	<u>(192.194)</u>	<u>(284.430)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(113.268)</u>	<u>(118.399)</u>	<u>(115.603)</u>	<u>(120.800)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>109.982</u>	<u>83.725</u>	<u>113.326</u>	<u>86.517</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(12.960)	4.840	(13.909)	3.892
Incentivo lucro da exploração	37	5.899	8.913	5.899	8.913
Imposto de renda e contribuição social correntes	37	<u>(6.581)</u>	<u>(29.120)</u>	<u>(8.976)</u>	<u>(31.786)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>96.340</u>	<u>68.358</u>	<u>96.340</u>	<u>67.536</u>
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores		96.340	68.358	96.340	68.358
Acionistas não controladores		-	-	-	(822)
Lucro líquido do exercício		<u>96.340</u>	<u>68.358</u>	<u>96.340</u>	<u>67.536</u>
Lucro líquido por ação (R\$/mil ações)		<u>8,558</u>	<u>6,072</u>	<u>8,558</u>	<u>5,999</u>
Quantidade de ações (em milhares)		<u>11.257</u>	<u>11.257</u>	<u>11.257</u>	<u>11.257</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de julho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	96.340	68.358	96.340	67.536
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	(20)	-	(20)	-
Resultado abrangente total	96.320	68.358	96.320	67.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de julho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Reserva de capital				Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Acionistas não controladores	Total consolidado
	Capital social	Incentivos fiscais	Opção de Compra	Reserva Especial	Incentivos fiscais						
Saldos em 1º de agosto de 2017	793.289	3.431	(17.943)	-	39.337	-	(189.915)	628.199	15.398	643.597	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	68.358	68.358	-	68.359	
Reserva de incentivos fiscais	28	-	-	-	11.897	-	(10.571)	1.326	-	1.326	
Put options	28	-	17.943	-	-	-	-	17.943	-	17.943	
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.398)	(15.398)	
Reserva especial de ágio na incorporação	28	-	-	(17.047)	-	-	-	(17.047)	-	(17.047)	
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>-</u>	<u>(17.047)</u>	<u>51.234</u>	<u>-</u>	<u>(132.128)</u>	<u>698.779</u>	<u>-</u>	<u>698.780</u>	
Adoção inicial normas contábeis	8	-	-	-	-	-	(9.350)	(9.350)	-	(9.350)	
Saldo ajustado em 01 de agosto de 2018	<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>-</u>	<u>(17.047)</u>	<u>51.234</u>	<u>-</u>	<u>(141.478)</u>	<u>689.429</u>	<u>-</u>	<u>689.430</u>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	96.340	96.340	-	96.340	
Reserva de incentivos fiscais	28	-	-	-	21.889	-	(21.889)	-	-	-	
Hedge de fluxo de caixa	28	-	-	-	-	(20)	-	(20)	-	(20)	
Distribuição de juros sobre capital próprio	28	-	-	-	-	-	(44.143)	(44.143)	-	(44.143)	
Ajustes na apuração de incentivos fiscais	-	-	-	-	(302)	-	-	(302)	-	(302)	
Saldos em 31 de julho de 2019	<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>-</u>	<u>(17.047)</u>	<u>72.821</u>	<u>(20)</u>	<u>(111.169)</u>	<u>741.305</u>	<u>-</u>	<u>741.305</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de julho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	96.340	68.358	96.340	67.536
Ajustado por :				
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	9.584	8.566	10.845	9.741
Valor residual na alienação e/ou baixa do imobilizado e intangível	(669)	(920)	(1.244)	(1.251)
Variação cambial por competência e ajuste swap - empréstimos, clientes, fornecedores, partes relacionadas	(5.009)	47.580	(5.009)	47.580
Rendimento de aplicações financeiras	(857)	(1.374)	(857)	(1.374)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12.960	(4.840)	13.909	(3.892)
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	15.017	15.625	15.080	16.017
Provisão para redução ao valor recuperável de outros investimentos	2.879	-	2.879	-
Ajuste a valor presente - contas a receber, fornecedor e estoque	853	3.629	853	3.629
Provisão para contingências	1.080	-	1.080	-
Provisão para rebates - dedução de receita de vendas	752	4.131	752	4.131
Provisão para fretes	10.566	2.690	10.566	2.690
Resultado da equivalência patrimonial	(1.826)	(4.511)	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de estoques	(1.206)	1.206	(1.206)	1.206
Encargos financeiros reconhecidos no resultado - empréstimos, clientes, fornecedores, partes relacionadas	56.848	38.292	58.425	39.140
Outros ajustes	(320)	1.879	(322)	1.879
Excesso FIDC (CRA/FIDC)	(4.276)	(3.755)	(4.276)	(3.755)
Resultado ajustado	192.716	176.556	197.815	183.277
Variações:				
Contas a receber de clientes	(106.812)	47.247	(114.954)	50.797
Aplicações financeiras	-	1.843	-	1.843
Estoques	(23.241)	(200.080)	(26.667)	(208.257)
Impostos a recuperar	(22.234)	(12.139)	(22.518)	(12.511)
Adiantamentos a fornecedores	753	(525)	488	(525)
Outros créditos	3.576	(4.957)	3.510	(5.113)
Depósitos judiciais	(7.656)	(2.589)	(7.656)	(2.589)
Bens destinados a venda	(1.074)	(1.644)	(1.074)	(1.644)
Fornecedores	141.852	285.316	139.100	288.050
Fornecedores - Partes relacionadas	(7.196)	(121.864)	(7.262)	(121.864)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	20.441	25.767	24.829	28.636
Financiamento de tributos	(3.077)	1.200	(3.077)	1.200
Adiantamentos de clientes	(4.137)	7.370	(3.808)	7.334
Outras contas a pagar	(14.866)	(29.591)	(14.895)	(29.562)
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	(23.671)	(4.646)	(33.984)	(5.563)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(10.730)	-	(13.375)	(1.358)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	158.315	171.910	150.456	176.356
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	-	(18.881)	-	(18.881)
Aplicação financeira	21.514	-	21.514	-
Redução (aumento) de empréstimos concedidos - partes relacionadas	4.203	17.252	(2.498)	17.252
Diminuição de outros investimentos	(5.685)	(20.379)	(5.685)	(20.379)
Recebimento de dividendos	-	1.921	-	-
Aquisição de imobilizado	(13.645)	(26.398)	(14.641)	(27.375)
Alienação e/ou baixa de imobilizado, diferido e intangível	2.917	5.161	3.894	5.658
Aquisição de intangível	(3.717)	(21.825)	(3.717)	(21.836)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	5.587	(63.149)	(1.133)	(65.561)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	-	-	(1.846)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(684.095)	(772.600)	(703.010)	(781.415)
Captação de empréstimos e financiamentos	685.698	576.155	714.634	584.629
Captação de debêntures	-	197.822	-	197.822
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(30.457)	(37.958)	(30.457)	(37.958)
Juros de debêntures pagos	(16.455)	-	(16.455)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	(44.143)	-	(44.143)	-
Empréstimos de partes relacionadas	(9.400)	-	(9.400)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	(98.852)	(36.581)	(88.831)	(38.768)
Aumento de caixa e equivalente de caixa	65.050	72.180	60.492	73.385
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	104.172	31.992	109.814	36.429
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	169.222	104.172	170.306	109.814
Aumento de caixa e equivalente de caixa	65.050	72.180	60.492	73.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1961, com sede na Avenida Parque Sul, nº 2.138, 1º Distrito Industrial de Maracanaú - Ceará.

A atividade preponderante da Companhia é a produção e comercialização de defensivos agrícolas, fitossanitários, domissanitários, adubos e fertilizantes. Além disso, possui participação na empresa Atlântica Sementes S.A. desde novembro de 2013, conforme apresentado na nota explicativa nº 2.

A Companhia opera com centros de distribuição nos Estados do Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Tocantins, Bahia e Goiás com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo, além de facilitar a movimentação de produtos acabados e contribuir para melhor armazenagem dos produtos. A Companhia oferece ao agricultor um amplo portfólio para culturas de citros, cana de açúcar, café, milho, tomate, feijão, soja, algodão, batata e pastagem.

2 Entidades do grupo

Segue abaixo as informações sobre a controlada da Companhia:

	Participação acionária (%)				
	31/07/2019		31/07/2018		
País	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Atlântica Sementes S.A.	Brasil	100%	-	100%	-

Atlântica Sementes S.A.

Em 29 de dezembro de 2017, a participação da Companhia, passou a ser 100% (51% em 2017) do capital social da Atlântica Sementes S.A., companhia de capital fechado, que tem sua sede à Rua João Negrão, 731, conjunto 1801, centro, Curitiba-PR. Constituída em 17 de junho de 2003 como sociedade limitada e transformada em sociedade anônima de capital fechado em 11 de março de 2013.

A Matriz está instalada em Curitiba, estado do Paraná, e coordena todas as atividades da Companhia. Em Rio Verde, Estado de Goiás, estão instalados os campos de produção de sementes. A Companhia tem por objeto social:

- Produção, comercialização e distribuição de sementes, produtos e serviços para a agricultura;
- Comércio em geral, importação, exportação de sementes e produtos para a agricultura;
- Pesquisa e assessoramento técnico em geral;

- (d) Realizar quaisquer atividades relativas, complementares, afins ou necessárias à consecução de seu objeto social.
- (e) Investir em outras sociedades.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de julho de 2019 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 23 de setembro de 2019.

Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 – Receita de Contrato como Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 8.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentados em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada para a contabilização dos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas retrospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2 - Consolidação:** Determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.
- **Nota 19 - FIDC:** Determinação se a Companhia detém de fato controle sobre este investimento.

- **Nota 28 - Patrimônio líquido (*Hedge Accounting*):** A identificação de relações de hedge entre objetos protegidos e os instrumentos de proteção (instrumentos financeiros derivativos e/ou não derivativos) envolve julgamentos críticos relacionados à efetiva existência da relação de proteção e de sua efetividade. A Companhia e sua controlada avalia continuamente o alinhamento entre as relações de *hedge* identificadas e os objetos e estratégia de sua política de gestão de risco.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos próximos exercícios:

- **Nota 11 - Contas a receber de clientes:** provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber;
- **Nota 17 - Ativo fiscal diferido:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 20 - Depreciação do imobilizado:** definição da vida útil;
- **Nota 21 - Amortização do intangível;**
- **Nota 27 - Provisão para contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 36 - Instrumentos financeiros:** valorização dos instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$ mil”), e foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada.

Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa.

b. Subvenção e assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado, em Outras Receitas, quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Companhia.

Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e sua controlada compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, exceto quando a transação é qualificada e designada para contabilidade de hedge (*hedge accounting*), onde é reconhecido em outros resultados abrangentes.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda.

(i) Corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários vigentes na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

(ii) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço. Através dessa revisão é verificada a possibilidade de ajustes fundamentado nas perspectivas de lucros tributáveis de exercícios futuros, com base em testes de recuperabilidade.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 17.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, além dos custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	20-60 anos
Máquinas e equipamentos	5-40 anos
Instalações	10-35 anos
Móveis e utensílios	4-15 anos
Laboratório	10-20 anos
Veículos	3-10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e sua controlada tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Software	10 anos
Custo de desenvolvimento	5 anos
Marcas e Patentes	30 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada em condições diferentes das consideradas em outras transações; e (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e sua controlada considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e sua controlada utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e sua controlada considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar uma obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e o aumento decorrente da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

l. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existem evidências convincentes de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável a concessão de contraprestações variáveis e seu valor possa ser mensurado de maneira confiável, será reconhecida uma redução da receita operacional no momento em que as vendas que originam estas contraprestações são reconhecidas.

m. Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. O padrão elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Como o CPC 48 não define exatamente o que é um aumento significativo no risco de crédito, a administração optou por estabelecer regras que indicam um aumento significativo no risco de crédito com base em fatos e circunstâncias específicas. A avaliação é composta por elemento quantitativo, elemento qualitativo e possíveis indicativos de inadimplência, como atrasos, renegociações, disputas judiciais, performance da safra, etc.

A Companhia e sua controlada reconhecem a combinação de perdas de crédito esperadas em uma base coletiva e individual. Para mensurar coletivamente as perdas de crédito, a Companhia dividiu os recebíveis em grupos, considerando as características de risco de perda de seus recebíveis e aplicou taxas progressivas de risco para cada grupo, como mostra o quadro abaixo (*forward-looking*):



- **Recebíveis a vencer** - Contas a receber no vencimento com taxa de perda de crédito baseada em dados históricos;
- **Recebíveis vencidos** - Contas vencidas há menos de 120 dias;
- **Recebíveis renegociados** - Contas a receber inicialmente vencidas mas que foram renegociadas administrativamente e tiveram seus prazos estendidos;
- **Acordo judicial** - Contas a receber de clientes que estavam sob disputa judicial, cujo acordo foi celebrado entre as partes.
- **Disputa judicial** - Contas a receber que estão sob disputa na esfera judicial.

A avaliação individualizada do risco tem como base fatores qualitativos que não são capturados através do modelo estatístico. Nessa avaliação, é levado em consideração o contexto individual e as especificidades do cliente que requer uma análise separada, tais como:

- **Recuperação Judicial - RJ** - Quando houver indícios em que o cliente entrar em processo de recuperação judicial, ou outra reorganização financeira. Nesse caso, a companhia determinou em política que os recebíveis devem ser provisionados com base no histórico de perda nesses casos de RJ.
- **Análise específica de risco** - sempre que a Companhia tiver informações suficientes sobre o status de um cliente que possa levar a um *default* completo, esse devedor será tratado separadamente da matriz e esse recebível será 100% provisionado como perda.

As exceções a regra acima são tratadas individualmente e são justificadas e formalizadas.

8 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de agosto de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

a. CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto à receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento. Dentre as novas exigências estabelecidas na norma, destacam-se as etapas de contabilização das receitas decorrentes dos contratos firmados com os clientes. Com isso, para fins contábeis, a despesa com “*Rebates – Incentivo de venda*” deverá, a partir de então, compor as deduções da Receita, bem como a receita deve ser reconhecida somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação e no momento em que acontecer a transferência dos bens e serviços aos clientes.

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial do Grupo em 31 de julho de 2019 e na demonstração de resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa do Grupo para o exercício findo a 31 de julho de 2019.

Impacto no Balanço Patrimonial - Controladora

*31 de julho de 2019
Em milhares de Reais*

	Notas	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem adoção do CPC 47
Passivo				
Outras contas a pagar	26	14.497	-	14.497

**Impacto na Demonstração do resultado do exercício -
Controladora**

*31 de julho de 2019
Em milhares de Reais*

Receitas	29	56.231	(56.231)	-
Despesas de vendas	32	-	56.231	56.231

Impacto no Balanço Patrimonial - Consolidado

*31 de julho de 2019
Em milhares de Reais*

	Notas	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem adoção do CPC 47
Passivo				
Outras contas a pagar	26	14.497	-	14.497

**Impacto na Demonstração do resultado do exercício -
Consolidado**

*31 de julho de 2019
Em milhares de Reais*

Receitas	29	56.519	(56.519)	-
Despesas de vendas	32	-	56.519	56.519

A Companhia e sua controlada adotaram o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com efeito de adoção da norma reconhecida na data da aplicação inicial em 1º de agosto de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 31 de julho de 2018 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 e interpretações relacionadas.

b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e é aplicável para a Companhia e sua controlada a partir de 1º de agosto de 2018, e substituiu as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, bem como novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2019 foi avaliado com foco nas áreas a seguir:

(i) Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três categorias de classificação principais para ativos financeiros: mensurados pelo *custo amortizado*, *valor justo através de outros resultados abrangentes* e *valor justo por meio do resultado*. O padrão elimina as categorias existentes no CPC 38 de *mantidos até o vencimento*, *empréstimos e recebíveis* e *disponíveis para venda*. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018.

Controladora <i>Em milhares de reais</i>	Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil Original de acordo com o CPC 38	Novo Valor Contábil de acordo com o CPC 48
Aplicações financeiras	10	Mantidos para negociação	Valor justo contra resultado	20.657	20.657
Caixas e equivalentes de caixa	9	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	104.172	104.172
Contas a receber de clientes	11	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	1.009.150	1.009.150
Créditos com empresas ligadas	13	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	6.109	6.109
Outros créditos	15	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	17.085	17.085
Outros investimentos	19	Mantidos até o vencimento	Valor justo contra resultado	54.259	54.259
Fornecedores	22	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros	727.785	727.785
Empréstimos em moeda nacional	23	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	312.391	312.391
Empréstimos em moeda estrangeira	23	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	120.311	120.311
Empréstimos com partes relacionadas	13	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros	74.284	74.284
Outras contas a pagar	26	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros	41.890	41.890

(ii) Impairment - Ativos financeiros e ativos contratuais

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O Grupo optou pelo modelo simplificado uma vez que seus recebíveis e ativos contratuais não tem um componente de financiamento significativo. Esse modelo inclui uma matriz de provisões como alternativa para mensuração de perda de crédito esperada e exige que o grupo reconheça as provisões para perda de crédito a cada data de reporte.

A aplicação dos requerimentos de avaliação de perda de crédito estabelecidas no CPC 48 resultou em perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 11.390 para perda de crédito e R\$ 2.777 de perda esperada de recebíveis oriundos de operações estruturadas junto a programas de securitização. Esses valores foram lançados diretamente em conta própria do Patrimônio Líquido no momento da adoção inicial em 1º de agosto de 2018.

Impacto no Balanço Patrimonial - Controladora 01 de agosto de 2018	Notas	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem adoção do CPC 48
<i>Em milhares de Reais</i>				
Ativo				
Provisão para valor recuperável do contas a receber	11	(44.792)	(11.390)	(56.182)
Ativo fiscal diferido	17	38.537	4.817	43.354
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos	19	(4.628)	(2.777)	(7.405)
Patrimônio líquido		(698.780)	9.350	(689.430)
Impacto no Balanço Patrimonial - Consolidado 1º de agosto de 2018				
<i>Em milhares de Reais</i>				
Ativo				
Provisão para valor recuperável do contas a receber	11	(45.810)	(11.390)	(57.200)
Ativo fiscal diferido	17	34.095	4.817	38.912
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos	19	(4.628)	(2.777)	(7.405)
Patrimônio líquido		(698.780)	9.350	(689.430)

Os valores acima estão sem o impacto do imposto diferido.

(iii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e Desreconhecimento

A Companhia e sua controlada reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia e sua controlada desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia e sua controlada tenha o direito legal de compensá-los e a intenção de quitá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(v) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(vi) *Capital social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, serão constituídos a alíquota de 25% sobre o lucro ajustado conforme definido em estatuto.

(vii) *Contabilidade de hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção dos riscos relacionados a variação de moeda estrangeira nos contratos de financiamentos. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato derivativo é firmado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Tais derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes da transação do valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado financeiro, exceto quando o derivativo for qualificado e designado para contabilidade de hedge de fluxo de caixa (*hedge accounting*).

No início da contabilidade de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco.

As relações de *hedge* que se qualificam como *hedge accounting* são:

- *Hedge* de fluxo de caixa: quando se refere a *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa, que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável.

Para *hedges* qualificados como de fluxo de caixa, a Companhia designa instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, sendo a parcela efetiva dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado financeiro do período.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é liquidado antecipadamente, quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge* ou quando a Administração decide revogar a designação de *hedge accounting*, o ganho ou perda acumulado permanece reconhecido no patrimônio na conta de outros resultados abrangentes. A reclassificação do ganho ou perda para o resultado é realizada quando a transação prevista ocorre, quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as operações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e que uma abordagem mais qualitativa e prospectiva de avaliação de sua efetividade seja aplicada. O CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. A Companhia e sua controlada atualmente possui instrumentos financeiros nesta modalidade, com transação de *Hedge* fluxo de caixa.

8.1 Novas Normas ainda não efetivas

a. CPC 06 (R2) Arrendamentos mercantis

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial do CPC 06(R2).

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de agosto de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme descrito abaixo.

Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de agosto de 2019 poderão mudar porque a Companhia não finalizou o teste e a avaliação sobre a operação “In house” a Unipac; e as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Administração está estudando os impactos da nova norma que dará origem a um saldo de passivo de arrendamento, em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso.

A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 23.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendador

Não se espera nenhum impacto significativo, haja que vista que não existe operação em que a Companhia é um arrendador.

(iii) Transição

A Companhia pretende adotar o critério de transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, ou seja, aplicando os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de agosto de 2019. Sendo assim, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de agosto de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Em suas estimativas do impacto da adoção do CPC 06 (R2) a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos quando da mensuração inicial de seus arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional:

- Aplicar taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios");
- Não reconhecer o direito de uso para os contratos cujo prazo remanescente na data de adoção não supere 12 meses;

- Uso da percepção tardia (hindsight), tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros;
- Os arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro serão reclassificados para a rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Adicionalmente, a Companhia adotará como política contábil as seguintes isenções de reconhecimento: arrendamentos cujo prazo seja inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente não supere R\$ 20 (“baixo valor”), entretanto, neste último caso se a Companhia subarrenda o ativo, ou espera subarrendar o ativo, o arrendamento principal não se qualifica como arrendamento de ativo de baixo valor.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. A Companhia não concluiu estudo para divulgação de impactos financeiros sobre cada uma. Veja abaixo:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS e;
- IFRS 17 Contratos de Seguros

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	21	23	21	23
Bancos conta movimento	22.509	10.783	23.593	16.425
Aplicação liquidez imediata	146.691	93.366	146.691	93.366
Total	169.222	104.172	170.306	109.814

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem disponibilidades em conta corrente bancária e caixa e aplicações de liquidez imediata.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente por instrumentos em renda fixa, possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, à rentabilidade média de 65% (60% em 2018).

Esses ativos estão destinados à negociação imediata e utilizados na operação da Companhia, por essa razão, a Companhia e sua controlada os considerou como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia e sua controlada, por isso não tem variação significativa no caso de resgate antecipado.

10 Aplicações financeiras

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2019	2018
LFT - Pós-Fixado	-	20.657
Total	<u>-</u>	<u>20.657</u>
Não circulante	-	20.657

A aplicação em letras financeiras do tesouro - LFT (título público federal) trata-se de um título pós-fixado, cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título é 1º de março de 2020. Esse título foi resgatado antecipadamente sem ônus de penalidade.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxa de juros e de mercado estão divulgadas na nota explicativa nº 36.

11 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Duplicatas a receber no país	993.003	915.011	1.019.511	935.088
Duplicatas a receber no exterior	932	-	3.991	1.773
Contas a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	2.156	8.913	2.322	8.780
Confissão de dívida	60.524	75.486	60.524	75.485
Cheques em cobrança	84	526	84	526
Acordo judicial	66.487	68.057	66.487	68.057
(-) Ajuste a valor presente	<u>(18.394)</u>	<u>(14.051)</u>	<u>(18.394)</u>	<u>(14.051)</u>
Subtotal	<u>1.104.792</u>	<u>1.053.942</u>	<u>1.134.525</u>	<u>1.075.658</u>
(-) Provisão para valor recuperável do contas a receber	<u>(39.302)</u>	<u>(44.792)</u>	<u>(40.257)</u>	<u>(45.810)</u>
Total	<u>1.065.490</u>	<u>1.009.150</u>	<u>1.094.268</u>	<u>1.029.848</u>
Circulante	<u>877.419</u>	<u>796.386</u>	<u>906.197</u>	<u>817.084</u>
Não circulante	<u>188.071</u>	<u>212.764</u>	<u>188.071</u>	<u>212.764</u>

Composição da carteira por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Duplicatas a vencer	992.983	908.718	1.020.410	928.156
Vencidas até 60 dias	16.321	11.905	17.505	12.845
Vencidas entre 61 a 120 dias	15.714	16.274	15.747	16.539
Vencidas entre 121 a 180 dias	1.118	1.481	1.118	1.587
Vencidas entre 181 a 360 dias	6.278	3.373	7.202	3.393
Vencidas há mais de 360 dias	70.222	103.278	70.221	104.359
Partes relacionadas	2.156	8.913	2.322	8.779
Total	<u>1.104.792</u>	<u>1.053.942</u>	<u>1.134.525</u>	<u>1.075.658</u>

O monitoramento da adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes é feito regularmente pela Administração, que faz uma análise global dos atrasos, avaliando o valor e as características dos créditos da Companhia e sua controlada e levando em consideração: (i) o conhecimento do mercado de atuação pela Administração; (ii) a performance individual dos clientes (iii) o cenário macroeconômico e climático; (iv) tempo de atraso e expectativa de perda futura.

A Companhia e sua controlada possuem garantias reais e seguro de crédito cobrindo aproximadamente 76% de sua carteira total (70% em 2018) e constitui provisão para redução ao valor recuperável para valores que apresentem risco efetivo de perda.

A provisão para perda esperada para crédito de liquidação duvidosa a partir de 1 de agosto de 2018 passou a ser mensurada com base em uma categoria de rating interno de perda, onde os valores de contas a receber são agrupados em categorias de acordo com o risco de crédito de cada grupo. As categorias subdividem-se em: (i) Coming Due: grupo de recebíveis a vencer; (ii) Overdue: contas a receber vencidas; (iii) Renegotiated: recebíveis renegociados / prorrogados; (iv) Judicial Agreement: recebíveis oriundos de acordo em esfera judicial; (v) Legal Dispute: contas a receber em ação judicial; (vi) Chapter 11: quando se tornar provável que o cliente irá decretar falência, recuperação judicial ou outra reorganização financeira; (vii) Customer specific risks: clientes com problemas críticos de liquidez ou operação com probabilidade iminente de perda.

As perdas por redução ao valor recuperável, deverão ser realizadas, após esgotadas todas tentativas de execução da dívida na esfera administrativa e ou judicial desde que não haja expectativa razoável de recebimento. A Companhia e sua controlada mantém seu quadro jurídico voltado ao acompanhamento dos processos além de funcionários voltados para atividade de recuperação de crédito. A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável é apresentada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de julho de 2017	<u>(29.166)</u>	<u>(29.792)</u>
Constituição de provisão	(17.064)	(18.381)
Reversões/baixas	<u>1.438</u>	<u>2.363</u>
Saldo em 31 de julho de 2018	<u>(44.792)</u>	<u>(45.810)</u>
<i>Ajuste de adoção do CPC 48</i>	<i>(11.390)</i>	<i>(11.390)</i>
Constituição de provisão	(15.017)	(15.080)
Reversões/baixas	<u>31.897</u>	<u>32.023</u>
Saldo em 31 de julho de 2019	<u>(39.302)</u>	<u>(40.257)</u>

Ajuste a valor presente

O cálculo do valor presente do contas a receber de clientes é efetuado individualmente com base na taxa de juros que reflete o prazo e a moeda de cada transação. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base no método do custo amortizado ao longo do prazo de vencimento da transação.

A taxa utilizada no cálculo do ajuste é revisada mensalmente, tomando como base o prazo negociado com o cliente e o período de carência concedido na transação, com a finalidade de identificar a taxa média praticada no período. Neste exercício as taxas médias utilizadas para cálculo das duplicatas são as seguintes: (i) 1,3% a.m. (0,89% a.m. em 2018) para títulos em Reais e (ii) 0,8% a.m. (0,56% a.m. em 2018) para títulos em Dólar, mantendo o prazo médio de vencimento em 232 dias.

Para os títulos que tiveram seus vencimentos renegociados com o cliente o ajuste é revisado mensalmente, tomando como base as seguintes taxas: (i) 1,50% a.m. (1,50% a.m. em 2018) para títulos em Reais e (ii) 1,30% a.m. (1,30% a.m. em 2018) para títulos em Dólar Americano, mantendo o prazo no último dia de cada mês.

Garantias

A Companhia e sua controlada atuam como responsável subsidiária em operações de Crédito Rural (modalidade de financiamento), por meio de fiança em contratos firmados junto aos bancos Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Citibank em favor de seus clientes, em montantes equivalentes ao valor dos financiamentos de R\$ 84.056 em 31 de julho de 2019 (R\$ 114.497 em 2018).

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis, está divulgada na nota explicativa 36.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	171.815	117.960	183.636	134.874
Produtos em elaboração	13	13	13	13
Matérias-primas	124.000	80.004	124.824	80.004
Materiais de embalagens	4.767	3.678	4.767	3.678
Mercadoria para revenda	64.592	60.792	64.592	60.792
Produtos em trânsito	23.377	13.515	23.377	13.515
Importações em andamento	87.108	151.264	94.803	151.264
Estoque em poder de terceiros	19.355	43.354	19.355	43.354
Total	495.027	470.580	515.367	487.494

O ajuste a valor presente referente ao saldo de fornecedores que é proporcionalmente registrado nos estoques, está apresentado no montante R\$ 2.336 (R\$ 3.656 em 2018), como é exigido pelo CPC 12 - “ajuste a valor presente” e foi calculado a taxas anuais de 9,615% para fornecimentos no mercado nacional e 4,300% para os fornecimentos do mercado do exterior (mercado nacional 9,857%, e mercado internacional 5,917% em 2018).

A Companhia não registra provisão para obsolescência uma vez que a perda de estoque já é reconhecida no momento da identificação da sua obsolescência, seja por impossibilidade de uso, consumo ou venda.

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de julho de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia e outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Nufarm S.A. - Argentina	Venda de produtos acabados;
Nufarm Austrália Limited	Compra de matéria-prima, aquisição de intangível em 2005 e recebimento de recursos a título de mútuos com juros médios de 4,98% a.a. (4,98% a.a. em 2018) com vencimento em março de 2020;
Nufarm Americas Inc.	Compra de matéria-prima;
Nufarm Chile	Venda de produtos acabados;
Nufarm Colômbia	Venda de produtos acabados;
Nufarm New Zeland Limited	Compra de matéria-prima;
Nufarm GMBH & Co.KG	Compra de matéria-prima e aquisição de intangível (em 2005);
Nufarm do Brasil Ltda.	Aquisição de intangível (em 2005) com atualização de juros de 4,66% a.a. (4,66 % a.a. em 2018);
Nufarm B.V.	Aquisição de intangível (em 2005) com atualização de juros de 4,66% a.a. (4,66 % a.a. em 2018);
Nufarm SAS (França)	Aquisição de intangível em 2005;
Nufarm Suisse Sarl	Compra de matéria-prima;
Nufarm Treasury PTY Ltd	Recebimento de recursos a título de mútuo com juros médio de 4,98% a.a. (4,98 % a.a. em 2018) com vencimento em março de 2020;
Nufarm Services	Compra de matéria-prima e produtos acabados;
Nufarm Crop Products UK Limited	Rateio das despesas globais da área de desenvolvimento de produtos;
Nuseed Global Innovation LTD	Participação em Sociedades;
Nuseed South América Ltda.	Rateio de despesas;
Atlântica Sementes S.A	Participação em sociedades;
Nuseed PTY LTD	Compra de matéria-prima;
Nuseed S.A.	Venda de produtos acabados
Nufarm Uruguai	Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 6,00% a.a. com vencimento em maio de 2020.
Nufarm Europe GMBH	Reembolso de despesas
Nussed Americas Inc.	Reembolso de despesa
Nussed Uruguay S.A	Venda de produtos acabados

As operações entre as partes relacionadas ocorrem, de transações entre empresas do grupo e sua controlada, conforme já mencionado, essas operações são realizadas em condições vigentes à época de cada transação, onde os preços, prazos e condições praticados podem variar conforme o tipo de produto e o que foi negociado entre as partes. Nas operações de compra de matéria-prima, o pagamento é efetuado com prazo médio de 175 dias e nas demais operações, varia de acordo com o contrato.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante				
Contas a receber (nota explicativa 11)				
Nufarm S.A. - Argentina	25	4.610	25	4.615
Nufarm Chile	1.885	4.165	1.885	4.165
Atlântica Sementes S.A.	238	138	-	-
Nuseed S.A	-	-	188	-
Nussed Uruguat S.A	-	-	216	-
Nufarm Colômbia	8	-	8	-
	<u>2.156</u>	<u>8.913</u>	<u>2.322</u>	<u>8.780</u>
Outros créditos				
Nufarm Europe GMBH	1.199	-	1.199	-
	<u>1.199</u>	<u>-</u>	<u>1.199</u>	<u>-</u>
Mútuos				
Nufarm Uruguai	1.906	-	1.906	-
Nuseed South América	-	6.109	6.701	6.109
	<u>1.906</u>	<u>6.109</u>	<u>8.607</u>	<u>6.109</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Nufarm Austrália Limited	37.133	47.490	37.133	47.490
Nufarm Américas Inc.	9.837	1.805	9.837	1.805
Nufarm GMBH & Co.KG	27.130	35.455	27.130	35.455
Nufarm Services	234.987	230.618	234.987	230.618
Nufarm Crop Products UK Limited	2.523	2.658	2.523	2.658
Nufarm BV	1.158	-	1.158	-
Nuseed S.A. - Argentina	-	-	-	67
	<u>312.768</u>	<u>318.026</u>	<u>312.768</u>	<u>318.093</u>
Outras contas a pagar				
Nufarm B.V.	4.130	4.119	4.130	4.119
Nufarm do Brasil Ltda.	299	298	299	298
	<u>4.429</u>	<u>4.417</u>	<u>4.429</u>	<u>4.417</u>
Empréstimos				
Nufarm Austrália Limited	20.631	22.272	20.631	22.272
Nufarm Treasury PTY Ltd	48.178	52.012	48.178	52.012
	<u>68.809</u>	<u>74.284</u>	<u>68.809</u>	<u>74.284</u>
Passivo não-circulante				
Fornecedores				
Nufarm SAS (França)	38	38	38	38
Nufarm do Brasil Ltda.	1.685	1.680	1.685	1.680
Nufarm B.V.	7.222	9.164	7.222	9.164
	<u>8.945</u>	<u>10.882</u>	<u>8.945</u>	<u>10.882</u>

	2019	2018	2019	2018
Resultado				
Receita de venda				
Nufarm S.A. - Argentina	23	4.713	23	4.713
Nufarm Chile	6.884	6.213	6.884	6.213
Nufarm Colombia	808	-	808	-
Atlântica Sementes S.A.	238	139	-	-
	<u>7.953</u>	<u>11.065</u>	<u>7.715</u>	<u>10.926</u>
CMV/CPV				
Nufarm S.A. - Argentina	-	(4.183)	-	(4.183)
Nufarm Chile	(6.334)	(5.430)	(6.334)	(5.430)
Nufarm Colombia	(696)	-	(696)	-
Atlântica Sementes S.A.	(187)	(98)	-	-
	<u>(7.217)</u>	<u>(9.711)</u>	<u>(7.030)</u>	<u>(9.613)</u>
Outras Receitas				
Nuseed Global Innovation LTD	-	-	527	498
Nufarm Australia Limited	-	1.222	-	1.222
	<u>-</u>	<u>1.222</u>	<u>527</u>	<u>1.720</u>
Receita de juros				
Nufarm S.A. - Argentina	-	1.194	-	1.194
Nufarm Uruguai	25	-	25	-
Nuseed South América Ltda.	62	501	62	501
Outros – variação cambial líquida	-	-	(152)	-
	<u>87</u>	<u>1.695</u>	<u>(65)</u>	<u>1.695</u>
Receita de Dividendos				
Atlântica Sementes S/A	-	1.921	-	1.921
	<u>-</u>	<u>1.921</u>	<u>-</u>	<u>1.921</u>
Despesa de juros				
Nufarm Austrália Limited	(1.042)	(907)	(1.042)	(907)
Nused Américas Inc	-	-	(2.744)	-
Nufarm Treasury PTY Ltd	(2.423)	(2.119)	(2.423)	(2.119)
	<u>3.465</u>	<u>(3.026)</u>	<u>(6.209)</u>	<u>(3.026)</u>

Remuneração pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de julho de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Presidência e Diretores, totalizou R\$ 11.419 (R\$ 13.082 em 2018), e contempla apenas a remuneração direta, como salários, bônus e PPR (Programa de Participação no Resultado). A Companhia e sua controlada não oferecem ao seu pessoal-chave nenhum tipo de benefício pós-emprego ou outro que não seja de curto prazo, inclusive benefícios de aposentadoria e pensão.

14 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recuperar	29.205	24.692	29.232	24.718
PIS/COFINS a recuperar	12.944	7.768	12.944	7.768
IRRF a recuperar	2.913	2.149	2.931	2.149
IPI a recuperar	56.187	51.564	56.187	51.564
Imposto de renda a recuperar	-	23.269	-	24.112
Outros impostos a recuperar	11.367	16.739	11.368	17.269
Total	<u>112.616</u>	<u>126.181</u>	<u>112.662</u>	<u>127.580</u>
Circulante	<u>67.449</u>	<u>80.223</u>	<u>67.495</u>	<u>81.622</u>
Não Circulante	<u>45.167</u>	<u>45.958</u>	<u>45.167</u>	<u>45.958</u>

ICMS a recuperar

A Companhia registra créditos de ICMS sobre aquisições de matérias-primas, embalagens e outros insumos aplicados no processo produtivo e, por outro lado, se favorecendo dos seguintes benefícios fiscais, nas vendas realizadas em cada Estado no qual possui um Centro de Distribuição - CD:

CD-Localização	Vendas dentro do Estado	Vendas fora do Estado
Ceará	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Mato Grosso	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
São Paulo	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Paraná	Diferido (alíquota zero)	Redução de 60% da base de cálculo
Bahia	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Tocantins	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Goiás	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Rio Grande do Sul	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo

Com relação aos créditos de ICMS do Estado do Paraná, a Companhia continua requerendo as suas homologações para transferência a terceiros, baseadas na norma de procedimento fiscal nº 001/2009. No ano de 2019 foi iniciado um novo processo de habilitação de saldo credor de ICMS, correspondente aos saldos gerados no período de setembro/2014 a dezembro/2018, e corresponderá ao montante de, aproximadamente, R\$ 11 milhões. Os créditos homologados são objeto de negociação com empresas detentoras de saldo devedor naquele estado.

No que se refere aos créditos de ICMS no Estado do Rio Grande do Sul, a Administração da Companhia vem intensificando as operações de venda para as regiões sul e sudeste, sobretudo para o estado do Paraná, de modo a realizar o referido saldo com os débitos de ICMS incidentes sobre essas operações. Por conta dessa iniciativa, houve uma redução de 27% no saldo credor acumulado em relação ao ano anterior.

PIS e COFINS a recuperar

As vendas dos produtos da Companhia, com exceção do Adesil, são beneficiadas pela alíquota zero do PIS e da COFINS e os créditos dessas contribuições são originários de compras de insumos. A Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da compensação dos tributos e contribuição previdenciária administrados pela Receita Federal do Brasil. A possibilidade de compensação com a contribuição previdenciária está disposta na Lei nº 11.457/2007, art. 26-A, I. Todavia, com o advento da Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, não é mais permitida a compensação das estimativas mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

IPI Prêmio

O significativo valor apresentado nessa conta é reflexo do reconhecimento em 2014 do valor de R\$ 40.269, relativo ao processo judicial de Crédito Prêmio de IPI, cuja decisão transitada em julgado reconhece o direito da Companhia a este crédito. Esses créditos não tem data para prescrição.

IPI a Recuperar

As vendas dos produtos da Companhia, com exceção do Adesil, são beneficiadas pela alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados, e os créditos de IPI são originários de compras de insumos.

Como já mencionado, a Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da sua compensação com os tributos e contribuição previdenciária a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil, inclusive os retidos na fonte. A possibilidade de compensação com a contribuição previdenciária está disposta na Lei nº 11.457/2007, art. 26-A, I. Todavia, com o advento da Lei 13.670, de 30 de maio de 2018, não é mais permitida a compensação das estimativas mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Outros impostos

Foram considerados como outros impostos a recuperar os valores correspondentes a pagamento de demais tributos.

Impostos de renda e contribuição social

Conforme CPC 26(R2) para fins de melhor apresentação, o valor de imposto de renda e contribuição social – estimativas, referentes aos exercícios findos em 31 de julho de 2019, foram apresentados em conta específica no balanço patrimonial, no ativo circulante.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	23.933	-	24.941	-
Contribuição social	11.194	-	11.823	-
Total	35.127	-	36.764	-
Circulante	35.127	-	36.764	-

15 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas a apropriar	6.602	6.706	6.644	6.724
Adiantamentos a funcionários	1.411	1.596	1.412	1.601
Operações de SWAP	872	7.929	872	7.929
Outras contas a receber – partes relacionadas	1.199	-	1.199	-
Outras contas a receber	3.425	854	3.703	1.086
Total	13.509	17.085	13.830	17.340
Circulante	12.375	17.042	12.696	17.297
Não circulante	1.134	43	1.134	43

16 Depósitos judiciais

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Tributário (i)	9.573	4.185
Trabalhista	258	193
Administrativo	9.020	6.817
Cível	268	268
Total	19.119	11.463

- (i) Trata-se de diferença de ICMS a recolher do estado de Mato Grosso em virtude de discussão judicial sobre a utilização da não-cumulatividade do ICMS. O processo encontra-se ainda em discussão e a companhia optou por realizar depósitos judiciais até que o mérito seja julgado.

17 Ativo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Companhia e sua controlada têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre diferenças temporárias.	30.229	35.211	30.229	35.211
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre prejuízos fiscais	164	3.326	(5.227)	(1.116)
	30.393	38.537	25.002	34.095

Os valores de IRPJ- Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL- Contribuição Social sobre o lucro diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros provenientes de diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Com base em estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito nos seguintes exercícios:

	Controladora	
	2019	2018
Agosto/18 a Julho/19	-	10.663
Agosto/19 a Julho/20	12.437	15.536
Agosto/20 a Julho/21	15.275	12.338
Agosto/21 a Julho/22	2.681	-
Total	30.393	38.537

a. Impostos diferidos sobre diferenças temporárias

Os saldos em 31 de julho de 2019 e 2018 têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Adições temporárias:		
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber	272	6.011
Provisão para contingências	521	154
Provisão para fretes	2.688	761
Provisão para rebates – Incentivo de venda	5.024	4.076
Provisão para deduções comerciais	3.401	4.713
Provisão para devoluções	1.171	698
Variação cambial	25.724	41.726
Instrumentos financeiros derivativos	5.151	5.610
Depreciação acelerada	2.202	2.023
Provisão gratificação	1.274	994
Provisão participação no resultado	4.839	4.284
Outras provisões	10.694	3.314
	62.961	74.364
Exclusões temporárias		
Variação cambial	(24.845)	(31.815)
Depreciação Lei nº 11.638	(7.887)	(7.338)
	(32.732)	(39.153)
Total	30.229	35.211

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adições e (exclusões) temporárias				
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(5.739)	5.313	(5.739)	5.313
Provisão para deduções comerciais	(1.311)	3.450	(1.311)	3.450
Provisão para rebates – Incentivo de venda	948	994	948	994
Variação cambial	(9.032)	6.858	(9.032)	6.858
Provisão para gratificação	280	276	280	276
Outras adições/exclusões temporárias	5.056	739	4.107	(209)
	(9.798)	17.630	(10747)	16.682
Prejuízos fiscais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal	(3.162)	(12.790)	(3.162)	(12.790)
Total	(12.960)	4.840	(13.909)	3.892

Prejuízos fiscais a compensar (*)

Em 31 de julho de 2019 e 2018, a Companhia e sua controlada possuem prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar sobre os seguintes valores-base:

	2019	2018
Prejuízo fiscal	173.742	180.619
Base negativa de contribuição social	173.742	180.619

18 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.	49	49	49	49
Atlântica Sementes S.A.	33.171	31.345	-	-
	33.220	31.394	49	49

18.1 Investimento em controlada

	2019	2018
	Atlântica Sementes	Atlântica Sementes
Participação		
- Capital social	24.565	24.565
- Ações possuídas (quantidade)	2.331.474	2.331.474
- Ativo	73.122	60.375
- Passivo	39.951	29.030
- Patrimônio líquido (a)	33.171	31.345
- Participação no capital - % (b)	100%	100%
- Participação no patrimônio líquido (a x b)*	33.171	31.345
- Receitas	61.462	50.891
- Despesas	59.636	47.204
- Lucro do exercício	1.826	3.687

19 Outros investimentos

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2019	2018
Fundo Investimento Direito Creditório - FIDC (i)	11.127	9.711
Certificado Recebíveis Agronegócio-CRA Mezanino (ii)(iii)(iv)	19.120	25.058
FIDC-Excesso Spread (v)	1.405	1.763
Certificado Recebíveis Agronegócio-CRA Subordinado (vi)	33.959	17.727
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos (vii)	<u>(7.047)</u>	<u>-</u>
	<u>58.564</u>	<u>54.259</u>

- (i) Cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nufarm Brasil;
- (ii) Investimento em “CRA Mezanino” da 2ª Série da 11ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A celebrado em 5 de julho de 2016.
- (iii) Investimento em “CRA Mezanino” da 4ª Série da 11ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A celebrado em 1º de novembro de 2017.
- (iv) Investimento em “CRA Mezanino” da 2ª Série da 22ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Agro Securitizadora S.A celebrado em 21 de novembro de 2017.
- (v) Excesso de *spread* das operações de securitização de recebíveis realizadas através do FIDC Nufarm Brasil e Octante Securitizadora S.A. O excesso de *spread* é uma taxa adicional incluída no custo de cessão com a finalidade de cobrir eventuais diferenças na remuneração fixa devida aos investidores da cota sênior em função de mudanças na taxa de CDI no decorrer da operação. O excesso de *spread* é um instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.
- (vi) Investimento em Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 6ª e 8ª emissão da Vert Companhia Securitizadora em 18 de agosto de 2017 e 6 de setembro de 2017, respectivamente. Em Outubro de 2018 a companhia realizou uma subscrição de investimento em Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 6ª emissão da Vortex DTVM Ltda (R\$ 6.188) e em junho de 2019 houve a subscrição de investimento em Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 12ª emissão da Gaia Securitizadora S.A. (R\$ 4.019).
- (vii) Provisão constituída sobre eventuais riscos de crédito em operações onde a Companhia possui quotas CRA/FIDC. Em 1º de agosto de 2018 foi constituída provisão R\$ 2.777, quando da adoção inicial do CPC 48, registrado contra o patrimônio líquido. No Ano de 2018, não houve nenhuma ocorrência de perda.

20 Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação acumulada

(i) Controladora

Custo	Imobilizado em andamento										Total	
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Telefone		
Saldos em 1º de agosto de 2017	588	25.722	16.882	3.250	5.696	24.656	2.045	5.790	37	583	4.505	89.754
Adições	-	-	3293	130	1.313	393	774	805	-	325	19.365	26.398
Baixas	-	-	(265)	(26)	(601)	-	(4)	(12)	-	-	(4.250)	(5.158)
Transferências	-	-	380	-	(235)	342	-	(4)	-	14	(497)	-
Saldos em 31 de julho de 2018	588	25.722	20.290	3.354	6.173	25.391	2.815	6.579	37	922	19.123	110.994
Adições	-	36	1.291	114	525	20	693	1.261	-	286	9.419	13.645
Baixas	-	-	-	-	(1.533)	-	-	-	-	-	(1.126)	(2.659)
Transferências	-	713	3.476	437	-	5.222	1.231	94	-	3	(11.176)	-
Saldos em 31 de julho de 2019	588	26.471	25.057	3.905	5.165	30.633	4.739	7.934	37	1.211	16.240	121.980
Depreciação	Imobilizado em andamento										Total	
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Telefones		
Saldos em 1º de agosto de 2017	-	(9.529)	(5.541)	(2.495)	(1.026)	(9.339)	(884)	(3.755)	(32)	(143)	-	(32.744)
Adições	-	(501)	(1.171)	(218)	(720)	(1.358)	(147)	(759)	(1)	(168)	-	(5.043)
Baixas	-	84	258	(51)	460	307	4	(28)	-	(114)	-	920
Transferências	-	-	(87)	(8)	92	2	-	5	-	(4)	-	-
Saldos em 31 de julho de 2018	-	(9.946)	(6.541)	(2.772)	(1.194)	(10.388)	(1.027)	(4.537)	(33)	(429)	-	(36.867)
Adições	-	(495)	(1.307)	(214)	(820)	(1.414)	(221)	(897)	-	(226)	-	(5.594)
Baixas	-	-	-	(104)	1.143	-	-	(213)	(1)	(155)	-	670
Saldos em 31 de julho de 2019	-	(10.441)	(7.848)	(3.090)	(871)	(11.802)	(1.248)	(5.647)	(34)	(810)	-	(41.791)
Valor contábil												
Saldos em 31 de julho de 2018	588	15.776	13.749	582	4.979	15.003	1.788	2.042	4	493	19.123	74.127
Saldos em 31 de julho de 2019	588	16.030	17.209	815	4.294	18.831	3.491	2.287	3	401	16.240	80.189

(ii) Consolidado

Custo	Máquinas e Móveis e						Computadores				Imobilizado Beneficência em		Total
	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	E periféricos	Ferramentas	Telefones	Andamento	Imóveis de Terceiros	
Saldos em 1º de agosto de 2017	708	25.748	17.610	3.359	6.670	24.656	2.045	5.990	37	583	4.504	110	92.020
Adições	-	-	3.315	135	2.223	393	774	832	-	325	19.366	13	27.376
Baixas	-	-	(387)	(26)	(949)	-	(4)	(39)	-	-	(4.250)	-	(5.655)
Transferências	-	-	380	-	(235)	342	-	(4)	-	14	(497)	-	-
Saldos em 31 de julho de 2018	708	25.748	20.918	3.468	7.709	25.391	2.815	6.779	37	922	19.123	123	113.741
Adições	-	36	1.310	131	1.394	20	693	1.352	-	286	9.419	-	14.641
Baixas	-	-	(340)	(15)	(2.148)	-	-	(2)	-	-	(1.130)	-	(3.635)
Transferências	-	714	3.475	434	-	5.222	1.232	94	-	3	(11.174)	-	-
Saldos em 31 de julho de 2019	708	26.498	25.363	4.018	6.955	30.633	4.740	8.223	37	1.211	16.238	123	124.747
Depreciação													
Saldos em 1º de agosto de 2017	-	(9.533)	(5.939)	(2.554)	(1.369)	(9.339)	(884)	(3.912)	(32)	(143)	-	(89)	(33.794)
Adições	-	(502)	(1.239)	(228)	(966)	(1.358)	(147)	(772)	(1)	(168)	-	(34)	(5.415)
Baixas	-	84	342	(51)	680	307	4	(1)	-	(114)	-	-	1.251
Transferência	-	-	(87)	(8)	92	2	-	5	-	(4)	-	-	-
Saldos em 31 de julho de 2018	-	(9.951)	(6.923)	(2.841)	(1.563)	(10.388)	(1.027)	(4.680)	(33)	(429)	-	(123)	(37.958)
Adições	-	(496)	(1.347)	(225)	(1.206)	(1.414)	(220)	(923)	-	(226)	-	-	(6.057)
Baixas	-	-	225	(90)	1.474	-	-	(210)	(1)	(154)	-	-	1.244
Saldos em 31 de julho de 2019	-	(10.447)	(8.045)	(3.156)	(1.295)	(11.802)	(1.247)	(5.813)	(34)	(809)	-	(123)	(42.771)
Valor contábil													
Saldos em 31 de julho de 2018	708	15.797	13.995	627	6.146	15.003	1.788	2.099	4	493	19.123	-	75.783
Saldos em 31 de julho de 2019	708	16.051	17.318	862	5.660	18.831	3.493	2.410	3	402	16.238	-	81.976

Conforme está demonstrado no quadro acima, a rubrica de imobilizado em andamento contempla os valores alocados a itens de imobilizado em construção ou em processo de montagem e instalação, onde neste período, realizou investimentos relevantes em seu parque fabril. A Companhia e sua controlada não possuem ativos imobilizados retirados das operações e separados, como também não possui ativos temporariamente paralisados.

Provisão para redução no valor recuperável

Em consonância com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos emanado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia e sua controlada devem proceder com avaliação de recuperação dos ativos com vida útil definida caso existem indicativos de perda no valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de julho de 2019 e 2018, foi identificado que a Companhia não possui ativos que tenham diminuído consideravelmente o seu valor de mercado, como também não ocorreram mudanças externas com efeito adverso sobre a Companhia e sua controlada no período em curso, e nem há perspectivas de mudanças significativas de curto prazo relacionadas a novas tecnologias, mercado, economia e legislação no mercado em que são utilizados os ativos. Não há plano de descontinuar ou reestruturar as operações, ou de proceder à baixa de um ativo em momento anterior à data esperada para o final de sua vida útil.

Diante das informações descritas acima não há indícios para registro de provisão para redução no valor recuperável para os exercícios encerrados em 31 de julho de 2019 e 2018.

21 Intangível

a. Movimentação do custo e amortização acumulada

(i) Controladora

Custo	Software	Custos de Desenvolvimento	Patentes e Marcas	Total
Saldos em 1º de agosto de 2017	9.402	34.771	36.053	80.226
Aquisição	13.275	8.449	101	21.825
Baixas	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>22.677</u>	<u>43.217</u>	<u>36.154</u>	<u>102.048</u>
Aquisição	80	3.625	12	3.717
Baixas	-	(245)	(12)	(257)
Saldos em 31 de julho de 2019	<u>22.757</u>	<u>46.597</u>	<u>36.154</u>	<u>105.508</u>
Amortização				
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>(2.796)</u>	<u>(3.600)</u>	<u>(621)</u>	<u>(7.017)</u>
Amortização	(2.106)	(885)	(532)	(3.523)
Saldos em 1º de agosto de 2018	<u>(4.902)</u>	<u>(4.485)</u>	<u>(1.153)</u>	<u>(10.540)</u>
Amortização	(2.684)	(776)	(532)	(3.992)
Saldos em 31 de julho de 2019	<u>(7.586)</u>	<u>(5.261)</u>	<u>(1.685)</u>	<u>(14.532)</u>
Valor contábil				
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>17.775</u>	<u>38.732</u>	<u>35.001</u>	<u>91.508</u>
Saldos em 31 de julho de 2019	<u>15.171</u>	<u>41.336</u>	<u>34.469</u>	<u>90.976</u>

(ii) Consolidado

Custo	Software	Custos de desenvolvimento	Lista de Clientes	Marcas e patentes	Ágio por Rentabilidade Futura Aquis. Investimentos	Total
Saldos em 1º de agosto de 2017	<u>9.458</u>	<u>34.772</u>	<u>5.904</u>	<u>38.072</u>	<u>13.857</u>	<u>102.063</u>
Aquisição	13.286	8.449	-	101	-	21.836
Baixas	-	(3)	-	-	-	(3)
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>22.744</u>	<u>43.218</u>	<u>5.904</u>	<u>38.173</u>	<u>13.857</u>	<u>123.896</u>
Aquisição	79	3.626	-	12	-	3.717
Baixas	-	(247)	-	(12)	-	(259)
Saldos em 31 de julho de 2019	<u>22.823</u>	<u>46.597</u>	<u>5.904</u>	<u>38.173</u>	<u>13.857</u>	<u>127.354</u>
Amortização						
Saldos em 1º de agosto de 2017	<u>(2.838)</u>	<u>(3.600)</u>	<u>(2.165)</u>	<u>(1.362)</u>	<u>-</u>	<u>(9.965)</u>
Amortização	(2.117)	(885)	(590)	(734)	-	(4.326)
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>(4.955)</u>	<u>(4.485)</u>	<u>(2.755)</u>	<u>(2.096)</u>	<u>-</u>	<u>(14.291)</u>
Amortização	(2.688)	(776)	(590)	(734)	-	(4.788)
Saldos em 31 de julho de 2019	<u>(7.643)</u>	<u>(5.261)</u>	<u>(3.345)</u>	<u>(2.830)</u>	<u>-</u>	<u>(19.079)</u>
Valor contábil						
Saldos em 31 de julho de 2018	<u>17.789</u>	<u>38.733</u>	<u>3.149</u>	<u>36.077</u>	<u>13.857</u>	<u>109.605</u>
Saldos em 31 de julho de 2019	<u>15.180</u>	<u>41.336</u>	<u>2.559</u>	<u>35.343</u>	<u>13.857</u>	<u>108.275</u>

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente e, caso deixe de ser aplicável, a alteração na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva.

A Companhia possui um montante de R\$ 36.154 (R\$ 36.154 em 2018), registrado em patentes e marcas, sendo que R\$ 21.274 (R\$ 21.274 em 2018) corresponde a aquisições de licenças adquiridas de empresas da Companhia, R\$ 14.426 (R\$ 14.426 em 2018) corresponde a aquisições de licenças junto a terceiros e R\$ 454 (R\$ 454 em 2018) corresponde a despesas ocorridas para registro e manutenção de marcas. A Companhia possui um montante de R\$ 15.970 (R\$ 15.970 em 2018) de ativos intangíveis com vida útil definida.

22 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	233.239	184.360	236.438	190.944
Fornecedores partes relacionadas (nota nº13)	321.713	328.909	321.663	328.976
Fornecedores internacionais	13.067	20.851	19.145	26.246
Operação "forfeiting"(a)	248.456	189.247	248.456	189.247
	816.475	723.367	825.702	735.413
Circulante	807.530	712.485	816.757	724.531
Não circulante	8.945	10.882	8.945	10.882

- (a) A Companhia possui convênios firmados com bancos parceiros que possibilitam estruturar, com seus principais fornecedores, uma operação de cessão de crédito usualmente denominada "forfeiting" e Risco Sacado. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que por sua vez, passa a ser credor da operação. A Companhia revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições originalmente estabelecidas com os fornecedores e, portanto, não sendo considerada a operação como Financiamento.

Em 31 de julho de 2019, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, relativo a essa operação totaliza R\$ 248.456 (R\$ 189.247 em 2018).

Adicionalmente ao mencionado na nota 12, o cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base em um prazo médio de vencimento de 216 dias a taxas anuais de 9,615% para fornecedores nacionais e 4,300% para fornecedores estrangeiros (mercado nacional 9,857% e mercado internacional 5,917% em 2018). A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face da compra é considerado como despesa financeira. O valor presente foi calculado utilizando a taxa média de captação no mercado. A exposição da Companhia aos riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores está divulgado na nota explicativa nº 36.

23 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	Referência	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Moeda nacional					
Capital de giro	A	121.200	83.353	134.024	88.486
FINEP	B	27.138	10.403	27.138	10.403
CCE	C	-	20.548	-	20.548
FINAME	D	43	117	43	117
CDC	E	-	-	1.166	682
DEBÊNTURES	F	199.734	197.970	199.734	197.970
FEPM	G	-	-	6.260	5.395
Subtotal em moeda nacional		348.115	312.391	368.365	323.601
Moeda estrangeira					
Resolução 4131	H	59.656	84.034	59.656	84.034
FIPOD	I	34.556	36.277	34.556	36.277
FINIMP	J	-	-	2.558	-
Subtotal em moeda estrangeira		94.212	120.311	96.770	120.311
Total de empréstimos e financiamentos		442.327	432.702	465.135	443.912
Circulante		199.184	148.860	219.120	159.836
Não Circulante		243.143	283.842	246.015	284.076

Referência	Moeda	Indexador	Vencimento		Encargos 2018	Encargos 2019
A	Real	Pré e Pós	2019/2020	112,68%; 125,29%; 132% a 135%, 148,98% do CDI, CDI+3,20% a CDI 4,5%aa		CDI+3,13%, CDI+1,86%, CDI+1,82%
B	Real	Pré	2019/2022		4,50% a 5% a.a.	4,0% a 6,98% a.a.
C	Real	Pré e Pós	2019/2020		CDI+3,1% a.a., CDI+ 2,95% e CDI+ 3,16% a.a.	CDI+3,1% a.a.
D	Real	Pré	2022		10,9% a.a., 10,4% a.a.	10,9% a.a.
E	Real	-	2021	0,99% a 1,66% a.m., 1,62% a 1,68% a.m.		1,62% a 1,68% a.m, 0,88% a 1,16% a.m.
F	Real	-	2019		CDI+2,3% a.a.	CDI+2,3% a.a.
G	Real	Pré	2019		8,5% a.a.	0,90& a.m., 7% a 8,5% a.a.
H	DOLAR	USD	2020		VC+3,45% a.a.	VC+2,74% a.a, VC+2,21% a.a, VC+2,48% a.a
I	DOLAR	USD	2020/2021		-	-
J	DOLAR	USD	2019		-	0,976% a.m.

a. Debêntures

A segregação de circulante e não circulante das debêntures registradas em 31 de julho de 2019 e 2018 segue demonstrada abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2019	2018
Circulante	-	134
Não circulante	<u>199.734</u>	<u>197.836</u>
	<u>199.734</u>	<u>197.970</u>

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2019	2018
2019	-	134
2021	<u>199.734</u>	<u>197.836</u>
	<u>199.734</u>	<u>197.970</u>

Características da oferta

Debêntures	1ª. Emissão
Tipo	Simplex, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	20.000
Remuneração	Taxa DI + 2,3% a.a.
Emissão	15/07/2018
Vencimento	15/07/2021

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) no âmbito da sua primeira emissão debêntures junto ao Banco do Brasil e Rabobank. A emissão possui garantia corporativa da Nufarm Limited, *holding* da Companhia. Os *covenants* pactuados no âmbito da debênture estão vinculadas as demonstrações financeiras da garantidora da emissão.

A emissão possui os seguintes *covenants* vinculadas a demonstração financeira da garantidora da oferta: (i) razão entre a dívida financeira líquida e EBITDA (EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) igual ou abaixo de 3,5 (três inteiros e cinco décimos); e (ii) índice de cobertura da dívida igual ou maior que 3,0 (três inteiros). A Companhia realiza mediação anual dos *covenants* e para o período findo em 31 de julho de 2019, obteve os seguintes índices: (i) dívida líquida/EBITDA de 3,0 (três inteiros); e (ii) índice de cobertura da dívida de 4,1 (quatro inteiros e um décimo);

Dessa forma, no exercício findo em 31 de julho de 2019, a Companhia estava em *compliance* com os *covenants* pactuados na escritura da Debenture.

Não existem outras cláusulas restritivas vinculadas aos demais empréstimos e financiamentos da Companhia.

b. Termos e cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante de empréstimos e financiamentos da Controladora têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2019	2018
ago/19 a jul/20	-	50.043
ago/20 a jul/21	223.732	226.857
ago/21 a jul/22	5.532	6.942
ago/22 a dez/25	13.879	-
	243.143	283.842

c. Garantias

As seguintes garantias foram dadas para os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto:

	2019	2018
Duplicatas do contas a receber de clientes	24.000	6.999
Penhor de estoque	-	25.895
Parent Guarantee (garantia da Matriz - Nufarm Austrália Limited)	438.457	379.840
	462.457	412.734

O financiamento obtido junto à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos está garantido por carta de fiança bancária. A Companhia não está sujeita a cláusulas restritivas em seus contratos de financiamentos.

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	<u>2019</u>		
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo apresentado em 2018	234.732	197.970	432.702
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(684.095)	-	(684.095)
Empréstimos e financiamentos tomados	685.698	-	685.698
Juros pagos	(30.457)	(16.455)	(46.912)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(28.854)	(16.455)	(45.309)
Outras variações relacionadas com passivos			
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	35.164	17.130	52.294
Outros gastos de captação e estruturação de debêntures	-	1.089	1.089
Variações cambiais reconhecidas no resultado	1.551	-	1.551
Total de outras variações relacionadas com o passivo	36.715	18.219	54.934
Saldo em 2019	242.593	199.734	442.327

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	<u>2018</u>		
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo apresentado em 2017	408.474	-	408.474
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(772.600)	-	(772.600)
Empréstimos e financiamentos tomados	576.155	197.822	773.977
Juros pagos	(37.958)	-	(37.958)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(234.403)	197.822	(36.581)
Outras variações relacionadas com passivos			
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	33.046	148	33.194
Variações cambiais reconhecidas no resultado	27.615	-	27.615
Total de outras variações relacionadas com o passivo	60.661	148	60.809
Saldo em 2018	234.732	197.970	432.702

e. Descrição dos empréstimos bancários

1. Cédula de Crédito à Exportação - CCE

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas que fazem parte da cadeia exportadora, para financiamento à exportação e à produção de bens para exportação, incluindo as atividades de apoio e complementação fundamentais à exportação.

2. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de recursos captados no exterior em moeda estrangeira via Resolução nº 4.131/62 com instituições financeiras.

3. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas para financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

4. FIPOD (Financing portfolio of defaulters)

Estrutura de financiamentos, em moeda estrangeira, para clientes com dificuldades financeiras momentâneas (e prorrogados), onde um banco financia este com o apoio da Companhia para liquidação dos valores devidos à Nufarm.

5. FINAME - (Financiamento de máquinas e equipamentos)

Financiamento por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para produção e aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação novos, de fabricação nacional e credenciados no BNDES.

24 Financiamentos de tributos

	Indexador	Taxa de juros 2019 e 2018	Ano de vencimento	Controladora e Consolidado	
				2019	2018
FDI/Provin	TJLP	100%	2022	11.312	9.939
Circulante				2.543	3.638
Não circulante				8.769	6.301

Banco Bradesco FDI/PROVIN

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial, decidiu subvencionar empresas cujas atividades são consideradas estratégicas para a economia local, por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial -PROVIN, tendo como órgão gestor o Banco Bradesco S.A., sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC.

Com base na Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, emitido em 20 de outubro de 2005, foi firmado Termo de Acordo concedendo o diferimento do ICMS. O Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005 concede a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo mensal de ICMS, com diferimento de 75% do ICMS recolhido mensalmente excedente e dentro do prazo legal pela sociedade empresária acordante beneficiária do PROVIN/FDI, incidente sobre operações resultantes de seu processo industrial, com base na média dos valores em UC/FDI a ser determinada pelo Banco Bradesco, durante 96 meses, no período de dezembro de 2004 até novembro de 2012, nos termos da Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, renovado por mais 120 meses, no período de dezembro de 2012 até novembro de 2022, conforme ofício CEDIN nº 605/2012 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE, ratificado pelo 4º Aditivo ao Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005.

O equivalente a 25% da parcela do ICMS diferido, com as atualizações previstas na legislação do FDI, será liquidado em uma só vez, no último dia útil do mês de vencimento, ao término do período de carência de 36 meses, contados a partir do desembolso.

Adicionalmente, o termo de acordo CEDIN condiciona a adoção de algumas medidas como: emissão do termo de declaração de ICMS Diferido, pagamento do ICMS porventura devido, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, inclusive o recolhimento das parcelas devidas ao PIS/PASEP, e cumprir as cláusulas atinentes ao protocolo de intenções e a resolução do CEDIN, e pagar as taxas e despesas decorrentes da fruição do benefício FDI/PROVIN.

A Companhia registra em seu passivo somente o valor correspondente a 25% relativo ao ICMS incentivado, por entender que todos os requisitos para a obtenção dos incentivos foram atingidos e que as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, bem como o recolhimento dos valores remanescentes serão realizadas nos prazos estabelecidos.

O valor reconhecido no resultado do exercício de acordo com o parágrafo anterior pode ser identificado conforme segue:

Exercício	R\$
2012/2013	3.914
2013/2014	5.090
2014/2015	7.516
2015/2016	9.312
2016/2017	6.469
2017/2018	11.572
2018/2019	14.428
Total	58.301

A Companhia goza de outro incentivo fiscal, ligado à redução do imposto de renda nos termos da lei vigente, como segue:

Laudo Constitutivo nº 0133/2014

Atividade objeto da redução - Fabricação de Defensivos Agrícolas - Herbicidas (inclusive os da base de Glifosato e 2,4D), Inseticidas e Fungicidas (inclusive os da base de Carbendazim) com capacidade instalada do empreendimento de 140.711.496 litros/ano (redução de 75% do imposto de renda e adicionais não dedutíveis, por um prazo de 10 anos, com início no ano calendário de 2014 e término no ano calendário de 2023). A abrangência do Laudo Constitutivo nº 0133/2014 contemplou os objetos de incentivo concedidos pelos Laudos Constitutivos nº 0033/2008 e 0041/2011, não se fazendo mais necessária a utilização destes Laudos para fins de fruição do benefício. O valor reconhecido no resultado do exercício referente à redução do imposto de renda e seus adicionais totalizou R\$ 3.196 (R\$ 6.184 em 2018).

25 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recolher	6.497	4.408	6.570	4.408
CSLL/PIS/COFINS a recolher	1.778	683	1.780	686
ISS a recolher	928	316	929	317
IRRF a recolher	4.834	3.695	4.897	3.734
Imposto de renda e contribuição social	8.074	12.761	11.781	16.485
INSS e FGTS a recolher	2.485	2.181	2.560	2.294
Provisão de férias, 13º salário e encargos	15.529	13.758	16.275	14.289
Provisão de gratificação e participação nos resultados	17.682	14.572	17.682	14.572
Outros	54	226	2.647	1.332
	<u>57.861</u>	<u>52.600</u>	<u>65.121</u>	<u>58.117</u>
Total				
Imposto de renda e contribuição social (a)	<u>(8.074)</u>	<u>(12.761)</u>	<u>(11.781)</u>	<u>(16.485)</u>
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	<u>49.787</u>	<u>39.839</u>	<u>53.340</u>	<u>41.632</u>

26 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisões de rebates – Incentivo de venda	14.497	11.708	14.497	11.708
Provisões de frete	14.894	8.726	14.894	8.726
Provisão para devolução	3.445	2.053	3.445	2.053
Provisões diversas	10.004	13.861	10.004	13.861
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	4.429	4.417	4.429	4.417
Outras contas a pagar	<u>6.136</u>	<u>5.543</u>	<u>6.136</u>	<u>5.572</u>
	<u>53.405</u>	<u>46.308</u>	<u>53.405</u>	<u>46.337</u>

27 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Dessas ações são classificados pela Administração como riscos possíveis, levando em consideração as avaliações de seus consultores jurídicos internos e externos, para as quais não há provisão constituída, e estão estimadas em R\$193.812 em 2019 (R\$ 105.904 em 2018).

A Companhia apresentou um crescimento de seus passivos contingentes. Essas ações têm natureza cível, tributária e ambiental, cujas chances de ocorrência foram classificadas esse ano como possíveis.

1. A ação de natureza cível está relacionada ao processo 0004853-39.2012.8.05.0027, foi movida em 2012 e o valor atualizado em julho de 2019 totaliza R\$ 33.414. Essa ação foi julgada em 1ª instância favorável à Companhia.
2. Há ações ambientais no montante de R\$ 22.454 movida em dezembro de 2017 relacionadas à disposição indevida de embalagens por terceiros. Nesses processos, não houve sequer a citação da Companhia, pois os autores não demonstraram os requisitos necessários à concessão da justiça gratuita e o juiz determinou a intimação deles para atenderem ao despacho judicial sob pena de encerramento das demandas.
3. As contingências de natureza tributária se referem a autos de infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará e estão relacionadas em grande parte a estorno de ICMS. Do valor total de R\$ 18.278, R\$ 6.711 foram julgados favoráveis à empresa em julho de 2019, sendo encerrados.

O restante do aumento das contingências refere-se a ações de menor valor e às atualizações de processos já conhecidos pela Companhia.

Processo 10380.730581/2013-67

Companhia recebeu auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil durante o exercício de 2013, quando foi questionada a dedutibilidade do ágio pago em aquisição de participação acionária da Agripec, bem como a dedutibilidade de perdas em operações no mercado de opções ocorrida no exterior, no período de 2006 a 2008. O crédito tributário levantado pelo auditor fiscal, em valores originais, é de R\$ 25.919 a título de Imposto de Renda e R\$ 9.361 a título de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. O processo encontra-se atualmente em 3ª instância administrativa, com decisão desfavorável à Companhia, ao qual foram interpostos Embargos de Declaração para esclarecer pontos da decisão. Após a análise deste recurso o processo descerá novamente para 2ª instância para cumprir determinação da 3ª instância e depois retornará à essa para nova análise. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, existem boas probabilidades de êxito, haja vista a existência de jurisprudências favoráveis sobre os assuntos. Estima-se um trâmite processual em torno de 10 a 15 anos para trânsito em julgado.

A Administração periodicamente, avalia os riscos contingentes, seguindo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, tendo como objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme seja o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Trabalhistas	1.151	71
Cível	219	219
	1.370	290

Movimentação dos processos durante o exercício

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de julho de 2017	71	219	290
Baixas/reversões	-	-	-
Saldo em 31 de julho de 2018	71	219	290
Adição (a)	1.162	-	1.162
Baixas/reversões	(82)	-	(82)
Saldo em 31 de julho de 2019	1.151	219	1.370

O aumento na contingência, em matéria trabalhista, deu-se em decorrência de evolução processual de casos julgados em primeira instância, anteriormente classificados com risco possível, muito embora existam recursos aplicáveis ainda em primeiro grau, ou mesmo pendência de julgamentos de recursos em Tribunais Superiores.

28 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia no exercício findo em 31 de julho de 2019 e 2018 era de R\$ 793.289.360,25 (setecentos e noventa e três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos) representado por 11.257.156 (onze milhões duzentas e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, estando assim distribuídas:

Composição

Acionista	Capital social		
	Quantidade	%	Valor
Nufarm Austrália Limited	11.257.155	100	793.289
Outros	1	-	-
Total	<u>11.257.156</u>	<u>100</u>	<u>793.289</u>

Reserva de capital

A utilização da reserva de capital obedece aos preceitos do artigo 200 da Lei nº 6.404/76. Esta reserva está constituída da seguinte forma:

	2019	2018
Reserva de incentivo fiscal	(165)	(165)
Incentivos fiscais Sudene	(3.266)	(3.266)
Reserva especial de ágio na incorporação	<u>17.047</u>	<u>17.047</u>
	<u>13.616</u>	<u>13.616</u>

Reserva de Incentivo Fiscal - PAT

A Companhia está cadastrada no PAT-programa de alimentação do trabalhador e constituiu em Abril de 2006 reserva de incentivo fiscal PAT referente aos exercícios de 2004 e 2005 no montante de R\$ 165.

Reserva de Capital - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

A Companhia registrou como reserva de capital o montante de R\$ 3.266, relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos exercícios de 2005 e 2007. A classificação em conta de reserva de capital se deu em conformidade com o art. 182, § 1º, alínea “d”, da Lei nº 6.404/76, vigente no exercício em que tais subvenções foram devidas.

Reserva especial de ágio na incorporação

Com a aquisição total da Atlântica Sementes S.A, o ágio decorrente da operação passou a constituir esta reserva de capital em conformidade com o ICPC 09, em seu item 67.

Reserva de Lucro

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 19.313, relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos exercícios de 2014 a 2018. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito do FDI do Governo do Estado do Ceará

A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 53.508, relativo às subvenções recebidas no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN), concedido pelo Governo do Estado do Ceará, nos exercícios de 2011 a 2017. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Remuneração dos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Nos exercícios encerrados em 31 de julho de 2019 e 2018, não houve distribuição de dividendos.

Outros Resultados Abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes os ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa.

29 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta				
Mercado interno	2.919.411	2.252.661	2.981.433	2.307.934
Mercado externo	8.647	10.926	8.647	10.926
Dedução da receita				
Devoluções e cancelamentos	(232.323)	(141.391)	(232.597)	(146.185)
Rebates – Incentivo de venda (a)	(56.231)	-	(56.518)	-
Impostos incidentes sobre vendas	(68.455)	(57.314)	(70.541)	(59.234)
Receita líquida	<u>2.571.049</u>	<u>2.064.882</u>	<u>2.630.424</u>	<u>2.113.441</u>

- (a) Como resultado da adoção do CPC 47, o Rebate/ Incentivo de vendas passa a ser reconhecido como redutora das receita de vendas (vide nota 8) e não mais como despesas de vendas.

30 Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matéria- prima	(1.316.913)	(930.064)	(1.318.965)	(931.314)
Produtos adquiridos para revenda	(581.666)	(438.712)	(607.183)	(458.965)
Embalagens	(64.673)	(86.031)	(64.680)	(86.118)
Mão-de-obra direta	(9.857)	(12.794)	(10.922)	(13.498)
Gastos gerais de fabricação	(14.376)	(20.999)	(16.763)	(23.544)
	<u>(1.987.485)</u>	<u>(1.488.600)</u>	<u>(2.018.513)</u>	<u>(1.513.439)</u>

31 Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras vendas	558	809	558	809
Incentivo Fiscal - FDI /PROVIN	14.428	11.572	14.428	11.572
Bonificação	6.012	10.451	6.012	10.451
Recuperação de outras despesas	4.543	1.413	4.543	1.413
Recuperação de despesas tributárias	6.916	4.223	6.916	4.223
Outras receitas	634	1.889	1.757	2.636
Total	<u>33.091</u>	<u>30.357</u>	<u>34.214</u>	<u>31.104</u>

32 Despesas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fretes sobre vendas	(97.869)	(82.987)	(99.413)	(84.278)
Salários e benefícios	(60.024)	(65.384)	(61.348)	(66.749)
Rebates – Incentivo de venda (i)	-	(54.250)	-	(54.250)
Armazenagem	(12.085)	(12.619)	(12.672)	(14.081)
Honorários profissionais	(3.294)	(2.002)	(5.268)	(2.196)
Perdas dedutíveis de clientes (ii) (a)	(31.896)	(317)	(31.896)	(317)
Despesas com locomoção / viagens	(8.500)	(8.234)	(8.500)	(8.234)
Promoções / publicidades / ações de marketing (iv)	(35.414)	(7.238)	(35.477)	(7.238)
Depreciação e amortização	(988)	(1.157)	(988)	(1.260)
Seguro	(2.924)	(2.918)	(2.924)	(2.918)
Reversão (Provisão) para recuperabilidade do contas a receber (ii)(b)	16.879	(15.626)	16.943	(16.707)
Outros (iii)	(12.429)	(11.363)	(13.141)	(12.063)
Total	<u>(248.544)</u>	<u>(264.095)</u>	<u>(254.684)</u>	<u>(270.291)</u>
Perdas/Ganhos com recuperabilidade de contas a receber (a +b)	15.017	15.943	15.080	17.024
Despesas de vendas	<u>(233.527)</u>	<u>(248.152)</u>	<u>(239.604)</u>	<u>(253.267)</u>

- (i) Reclassificação decorrente da adoção do CPC 47, sendo apresentado como redutora de Receita líquida (nota 29)
- (ii) Reclassificação decorrente da adoção do CPC 48, sendo apresentado em conta específica na demonstração do resultado do exercício.
- (iii) Despesas de vendas de naturezas diversas, tais como: telefonia, internet, manutenção, brindes promocionais, correios e telégrafos e outras menores rateadas do setor.
- (iv) No ano de 2018 as ações de marketing estavam classificadas como Rebates/ Incentivo de venda no montante de R\$ 16.456.

33 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e benefícios	(70.292)	(63.898)	(76.049)	(67.673)
Honorários profissionais	(24.545)	(27.140)	(28.676)	(28.303)
Depreciação e amortização	(6.761)	(5.225)	(7.880)	(6.388)
Seguros	(6.104)	(3.687)	(6.218)	(3.755)
Locações diversas	(3.628)	(2.916)	(3.952)	(3.109)
Impostos e taxas diversas	-	-	(85)	(56)
Manutenção e conservação	(4.016)	(3.770)	(4.322)	(4.130)
Outros	(12.990)	(12.043)	(16.624)	(13.577)
	<u>(128.336)</u>	<u>(118.679)</u>	<u>(143.806)</u>	<u>(126.991)</u>

34 Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Gastos com recolhimento de embalagens	(5.966)	(4.676)	(5.966)	(4.676)
Outros	(1.658)	(9.829)	(1.658)	(9.829)
	<u>(7.624)</u>	<u>(14.505)</u>	<u>(7.624)</u>	<u>(14.505)</u>

35 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Variações cambiais ativas	4.048	(124.855)	3.200	(127.325)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(89.896)	(84.475)	(91.379)	(85.252)
Juros sobre debêntures	(17.130)	(134)	(17.130)	(134)
Ajuste a valor presente	(5.618)	(7.667)	(5.618)	(7.667)
Juros	(231)	(127)	(349)	(196)
Juros / multas fiscais de mora - REFIS	(48)	(7.317)	(48)	(7.317)
Descontos concedidos	(20.078)	(25.253)	(20.464)	(25.614)
I.O.F.	(2.800)	(5.139)	(2.883)	(5.209)
Ajuste swap / mercado de derivativos	(48.756)	(21.550)	(48.756)	(21.550)
Provisão para recuperabilidade de outros investimentos	(2.879)	-	(2.879)	-
Outras despesas financeiras	(5.745)	(4.065)	(5.888)	(4.166)
	<u>(189.133)</u>	<u>(280.582)</u>	<u>(192.194)</u>	<u>(284.430)</u>
Receitas financeiras				
Juros ativos	7.625	11.777	7.945	11.936
Variações cambiais passivas	(2.319)	53.422	(2.051)	54.414
Descontos obtidos	325	122	430	179
Rendimento de aplicação financeira	3.445	2.728	3.478	2.966
Ajuste a valor presente	27.768	17.774	27.768	17.774
Ajuste swap / mercado de derivativos	38.111	67.926	38.111	67.927
Outras receitas financeiras	910	8.434	910	8.434
	<u>75.865</u>	<u>162.183</u>	<u>76.591</u>	<u>163.630</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(113.268)</u>	<u>(118.399)</u>	<u>(115.603)</u>	<u>(120.800)</u>

(i) Compreende os valores referentes da controladora: despesas com comissões bancárias - R\$ 5.034 (R\$ 6.273 em 2018), juros com transação entre Partes Relacionadas - R\$ 3.464 (R\$ 3.026 em 2018), Juros sobre Cessão de Créditos - R\$ 46.234 (R\$ 42.130 em 2018) e Juros sobre Empréstimos - R\$ 35.164 (R\$ 33.046 em 2018).

36 Instrumentos financeiros

De acordo com o andamento natural de seus negócios, a Companhia e sua controlada possui exposição a algumas perspectivas de risco, sendo em natureza de mercado (relacionados à oscilação das taxas de juros e variações cambiais), de crédito (relativo a suas vendas a prazo) e de liquidez (disponibilidade e acesso imediato a soluções de caixa). Seu devido gerenciamento reflete uma das principais responsabilidades da Administração.

A gestão de riscos da Companhia e sua controlada possui foco na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca mitigar potenciais consequências adversas no resultado financeiro, através da utilização de instrumentos de proteção que são integralmente reconhecidos em sua contabilidade e sem caráter especulativo. São adotadas estratégias operacionais na gestão de instrumentos financeiros a fim de gerar maior liquidez, segurança e rentabilidade por meio de constantes controles e rotinas de comparação entre as taxas contratadas e taxas de mercado.

A Companhia e sua controlada possuem e seguem uma política de gerenciamento de riscos que visa a contribuir para um equilíbrio padrão entre os seus objetivos de evolução e retorno e seu nível de exposição a riscos, mesmo que sejam inerentes ao próprio exercício das suas atividades ou decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia e sua controlada possam atingir suas metas estratégicas.

Os instrumentos financeiros são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo exceto quando mencionado, em conta de ativo ou passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo e podem ser designados ou não designados para *hedge accounting*. As variações periódicas de seu valor justo são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando for designado e qualificado para *hedge accounting*.

a. Instrumentos Financeiros por categoria e evidenciação do valor justo - Controladora

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia de divulgação	Saldo contábil		Valor justo	
				2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Outros créditos – Operação de swap	15	Valor justo contra resultado	Nível 2	872	-	872	-
Aplicações financeiras	10	Valor justo contra resultado	Nível 2	-	20.657	-	20.657
Outros investimentos	19	Valor justo contra resultado	Nível 2	58.564	54.259	58.564	54.259
				59.436	74.916	59.436	74.916
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Caixas e equivalentes de caixa	9	Custo amortizado	-	169.222	104.172	169.222	104.172
Contas a receber de clientes	11	Custo amortizado	-	1.065.490	1.009.150	1.065.490	1.009.150
Créditos com empresas ligadas	13	Custo amortizado	-	1.906	6.109	1.906	6.109
Outros créditos	15	Custo amortizado	-	13.509	17.085	13.509	17.085
				1.250.127	1.136.516	1.250.127	1.136.516
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Derivativos designados para hedge accounting		Valor justo contra resultado abrangente	Nível 2	20	-	20	-
Passivos financeiros mensurados a custo amortizado							
Fornecedores	22	Outros Passivos Financeiros	-	816.475	727.785	816.475	727.785
Empréstimos em moeda nacional	23	Outros Passivos Financeiros	-	348.115	312.391	348.115	312.391
Empréstimos em moeda estrangeira	23	Outros Passivos Financeiros	-	94.212	120.311	94.212	121.886
Empréstimos com partes relacionadas	13	Outros Passivos Financeiros	-	68.809	74.284	68.809	74.284
Outras contas a pagar	26	Outros Passivos Financeiros	-	53.405	41.890	53.405	41.890
				1.381.016	1.276.661	1.381.016	1.276.661

b. Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias padronizadas de avaliação. Contudo, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não obrigatoriamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém aplicações financeiras registradas pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

(i) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Empréstimos e Financiamentos

O valor justo dos financiamentos foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros pré ou pós fixados, negociadas junto às instituições financeiras e apuradas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia (vide nota explicativa nº 23).

Contratos de Swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base no valor presente das taxas futuras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições financeiras envolvidas.

Contas a Receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, considerando que as operações realizadas em geral não ultrapassam o limite do curto prazo

Outros investimentos

As operações de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e FIDC Os valores relativos as cotas subordinadas e mezaninas são valorizadas com base no MTM disponibilizado pela empresa securitizadora.

(ii) Hierarquia do valor justo

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados está demonstrada a seguir:

Nível 1

São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Nível 2

São informações, que não os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

Nível 3

São informações não observáveis para o ativo ou passivo.

(iii) Gerenciamento de riscos financeiros

Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A Companhia possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: (i) informações cadastrais; (ii) informações econômico-financeira; (iii) histórico de compras e pagamento; (iv) informações restritivas de mercado, e (v) garantias.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a realização de análise técnica rigorosa na concessão de crédito e estabelecimento de limites de crédito aos clientes, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus recebíveis. Desde agosto de 2012 a Companhia vem contratando seguro de crédito com a seguradora Crédito y Cauçion como ferramenta de mitigação de risco.

A exposição de crédito da Companhia está divulgada na nota explicativa nº 11, com a demonstração dos créditos por data de vencimento.

A Companhia apresenta uma carteira de recebíveis bastante pulverizada, distribuída entre mais de 1.200 clientes ativos, não havendo, portanto, concentração de valores que coloque em risco a liquidez da carteira

Atualmente, a Companhia possui provisão perda esperada para crédito de liquidação duvidosa de clientes, no montante de R\$ 39.302 (R\$ 44.792 em 2018).

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e, para mitigar tais riscos, diversifica a sua exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito para “contas a receber e aplicações financeiras” é o qual já está registrado em nota explicativa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	-	20.657	-	20.657
Contas a receber de clientes	1.065.490	796.386	1.094.268	817.084

Os efeitos decorrentes da adoção do CPC 48 estão demonstrados na nota explicativa nº 8, Mudanças das principais práticas contábeis.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos financeiros da Companhia, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O risco de liquidez da Companhia é gerenciado de forma sistemática através de instrumentos de medição e monitoramento de liquidez como a projeção do fluxo de caixa para o período de 12 meses e o acompanhamento dos indicadores corporativos de liquidez. A partir deste monitoramento, a Companhia traça estratégias para otimização das disponibilidades, redução de capital de giro e ampliação das fontes de financiamento.

As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia concentram-se no próprio volume de recursos oriundos da comercialização de seus produtos, dos valores recebidos a título mútuo de partes relacionadas, de fontes tradicionais de financiamento bancário de curto e longo prazo e, ainda, de operações de securitização de recebíveis.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na Nota Explicativa nº 23.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão sujeitas a variações relevantes em relação aos efeitos da volatilidade de taxa de câmbio sobre os ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, essencialmente ao dólar norte-americano, no tocante a recebíveis, importações de matérias-primas, financiamentos bancários e mútuos com partes relacionadas.

Como estratégia direcionada a mitigação dos efeitos da oscilação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia procura reduzir o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, seja através da proteção cambial natural de operações ativas e passivas, seja através da contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, a Política de *Hedge* tem como objetivo principal preservar a rentabilidade da Companhia contra potencial desvalorização cambial através de contratação instrumentos financeiros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Mensal de Risco em consonância com as Políticas de *Hedge*. O Comitê estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições cambiais e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Política prevê a proteção mínima de 80% da exposição líquida dos passivos e ativos da Companhia através de operações de NDF, Futuro BM&F, *Call Option*, *Put Option*, *Collar*, *Swaps*, que sempre devem ser aprovadas pelo Comitê de Mensal de Risco. Instrumentos derivativos adicionais e níveis de proteção abaixo do exigido por política devem ser aprovados no Comitê Mensal. A conformidade da Política é reforçada através da elaboração de relatórios diários com a exposição cambial, posição detalhada de derivativos e marcação a mercado das operações.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

	2019	2018
Ativos		
Contas a receber	91.596	63.705
Contas a receber – Partes relacionadas	825	-
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	506	-
	92.927	63.705
Passivos		
Fornecedores circulante	(82.774)	(63.378)
Fornecedores - Partes relacionadas	(61.792)	(48.371)
Empréstimos e financiamentos	(18.343)	(32.041)
Empréstimos - Partes relacionadas	(22.137)	(23.858)
	(185.046)	(167.648)
Hedges e swaps	69.350	83.161
Exposição líquida	(22.769)	(20.782)

Análise de sensibilidade - Risco cambial

Em 31 de julho de 2019, a Companhia encerrou o exercício com uma exposição líquida passiva ao risco de câmbio no montante de US\$ 22.769 (US\$ 20.782 em 2018) e o dólar encerrou com cotação de R\$ 3,7649 (R\$ 3,7549 em 2018).

Considerando a manutenção da exposição cambial líquida no mesmo nível de 2019, o efeito líquido da valorização do dólar em relação ao real para três cenários distintos seria:

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Risco: alta do dólar			
Saldo em 31.07.19	USD	USD + 25%	USD + 50%
USD mil	3,7649	4,706125	5,64735
Exposição antes de hedges e swaps	(92.119)	(346.819)	(433.524)
Hedges & Swaps	69.350	261.094	326.368
Exposição passiva líquida	(22.769)	(107.156)	(128.587)
	-	(21.430)	(42.860)
Risco: alta do dólar			
Saldo em 31.07.18	USD	USD + 25%	USD + 50%
USD mil	3,7549	4,693625	5,63235
Exposição antes de hedges e swaps	(103.943)	(390.296)	(487.869)
Hedges & Swaps	83.161	1	390.327
Exposição passiva líquida	(20.782)	(78.034)	(117.051)
	-	19.508	39.017

Riscos da taxa de juros

Este risco surge da possibilidade de existirem oscilações relevantes nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos captados no mercado e indexados a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP).

Em 31 de julho de 2019, o cenário de exposição atrelado a estas taxas totalizava o montante líquido passivo de R\$ 186.631 (R\$ 344.867 em 2018). A análise de sensibilidade levou em consideração

	2019	2018
Ativos financeiros	146.691	93.366
Passivos financeiros	(333.321)	(438.233)
Risco líquido total	(186.630)	344.867

A análise de sensibilidade considera a exposição líquida das aplicações financeiras atreladas à CDI no valor de R\$ 146.691 em 2019 (R\$ 93.366 em 2018), deduzido do saldo dos empréstimos e financiamentos também atrelados a CDI no montante de R\$ 322.009 em 2019 (R\$ 251.501 em 2018) e, ainda, o saldo atrelado à TJLP no valor de R\$ 11.312 em 2019 (R\$ 9.939 em 2018). Tal análise leva em consideração três cenários, onde o cenário provável reflete a previsão do mercado para a taxa de juros futura e os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco em 25% e 50%, respectivamente.

Na avaliação da Administração, a redução de 25% e 50% no CDI e na TJLP trariam um impacto negativo de R\$655 e R\$ 546 em 2019 (positivo e negativo de R\$ 303 e R\$ 40, respectivamente, em 2018), no resultado financeira da Companhia.

Levando em consideração o atual cenário econômico nacional e, tendo em vista as projeções de mercado para o comportamento das taxas Selic e TJPL, a Administração da Companhia entende como moderado o risco de variações materiais nestas taxas para o próximo exercício.

	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
Análise de Sensibilidade 2019						
Total de ativos financeiros	146.691	147.103	147.203	147.303	147.001	146.899
Total de passivos financeiros	(333.322)	(333.401)	(334.376)	(334.587)	(333.954)	(333.743)
Risco líquido total	(186.631)	(186.298)	(187.173)	(187.284)	(186.953)	(186.844)
Impacto no P&L	-	-	(875)	(986)	(655)	(546)
Análise de Sensibilidade 2018						
Total de ativos financeiros	93.366	93.653	93.725	93.796	93.580	93.507
Total de passivos financeiros	(261.440)	(261.440)	(262.506)	(262.926)	(261.670)	(261.254)
Risco líquido total	(168.074)	(167.787)	(168.781)	(169.130)	(168.090)	(167.747)
Impacto no P&L	-	-	994	1.343	303	(40)

Gestão de capital

Os objetivos da Administração na gestão do capital da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de retorno ao acionista e manter uma sólida base de capital para ampliar a confiança do investidor, do credor e do mercado além de possibilitar o desenvolvimento do negócio.

A Administração monitora o capital, através da análise de sua situação financeira, por entender que este indicador reflete de forma mais adequada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos	442.327	432.701
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(169.222)	(104.172)
Dívida líquida	273.105	328.529
 Total do patrimônio líquido	741.305	698.780
 Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (%)	36,84%	47,01%

A variação do índice de alavancagem financeira é representada pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido. O indicador ao final de 2019 foi de 36,8% (47,01% em 2018). A queda apontada neste indicador deu-se, principalmente, pelo aumento da Geração de Caixa, e do Patrimônio líquido da Companhia.

37 Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social corrente debitada no resultado da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	109.982	83.725
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas de 25% e 9%	37.394	28.467
Adições temporárias e permanentes		
Provisão de fretes	32.479	25.062
Provisão para rebates – Incentivo de venda	20.978	14.042
Ajuste a valor presente	80.030	69.580
Ajuste a valor justo	22.820	21.058
Variação cambial	149.092	197.087
Participação societária avaliada por equivalência patrimonial	2.238	972
Depreciação Lei nº 11.638/07	134	57
Destinação para Lei de incentivo	189	145
Outras provisões	33.080	37.934
Outras adições	5.954	16.057
	346.994	381.994

Exclusões temporárias e permanentes		
Provisão de fretes	(30.382)	(25.611)
Provisão para rebates – Incentivo de venda	(20.030)	(13.049)
Ajuste a valor presente	(78.795)	(71.713)
Ajuste a valor justo	(22.654)	(22.204)
Variação cambial	(158.124)	(190.229)
Participação societária avaliada por equivalência patrimonial	(2.859)	(2.505)
Depreciação Lei nº 11.638/07	(683)	(819)
Subvenção para investimento	(4.906)	-
Juros sobre capital próprio	(15.009)	-
Outras provisões	(38.290)	(23.435)
Outras adições	(2.116)	(18.263)
	<u>(373.848)</u>	<u>(367.828)</u>
Outros ajustes		
Efeito da compensação de 30% prejuízos fiscais	(3.162)	(12.790)
Isonção do incentivo do PAT	(217)	(272)
Efeito do adicional de 10% cálculo do imposto de renda	(24)	(24)
Efeito do lucro da exploração	(5.899)	(8.913)
Doações Incentiv. (Rouanet, Criança e Adolesc., Idoso, Esporte)	(556)	(427)
	<u>(9.858)</u>	<u>(22.426)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>682</u>	<u>20.207</u>
Alíquota efetiva	<u>0,620%</u>	<u>24,135%</u>

38 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

39 Transações não caixa

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia realizou as seguintes atividades não caixa que não são refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa:

	Controladora 2019	Consolidado 2019
Vendas de mercadorias por troca de créditos ICMS-SP	<u>672</u>	<u>672</u>
Financiamento de Tributos – PROVIN FDI	<u>4.450</u>	<u>4.450</u>
Provisão para valor recuperável do contas a receber	<u>11.390</u>	<u>11.390</u>
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos	<u>2.777</u>	<u>2.777</u>
Ativo fiscal diferido	<u>4.817</u>	<u>4.817</u>
Total	<u>24.106</u>	<u>24.106</u>

	Controladora 2018	Consolidado 2018
Investimento - ágio transferido para patrimônio líquido	(10.894)	(10.894)
Put Options - baixa do valor decorrente do exercício da opção	17.943	17.943
PERT- para adesão foi utilizado	<u>5.441</u>	<u>5.441</u>
Total	<u>12.490</u>	<u>12.490</u>

* * *

Composição do Conselho de Administração

Greg Hunt
Presidente

Conselheiros:

Elbert Prado

Gilberto Bento Schiavinato

Greg Hunt

Paul Andrew Binfield

Composição da Diretoria

Gilberto Bento Schiavinato
Diretor Presidente do Brasil

Iara Aparecida Lopes de Oliveira Souza
Diretora Financeira da América Latina

Celso Luis Lara Macedo
Diretor de Marketing da América Latina

Luis Henrique Sanfelice Rahmeier
Diretor de Soluções e Portifólio da América Latina

Pedro Luiz Tagliari
Diretor de Supply Chain e Operações da América latina

José Mário Façanha Júnior
Contador CRC CE 020824/O-8